



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**DEUSINA LAURINDA DE ALMEIDA**

**NARRATIVAS CAMPONESAS: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS QUE  
MARCAM O PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA, MARABÁ-PA**

MARABÁ- PARÁ

OUTUBRO /2020



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**DEUSINA LAURINDA DE ALMEIDA**

**NARRATIVAS CAMPONESAS: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS QUE  
MARCAM O PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA, MARABÁ-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como requisito para obtenção da graduação em Licenciatura em Educação do Campo, habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves.

MARABÁ - PARÁ

OUTUBRO / 2020

DEUSINA LAURINDA DE ALMEIDA

**Data da defesa:** 20 de outubro de 2020, Conceito: Excelente

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves  
UNIFESSPA/ FECAMPO  
Orientadora

---

Profa. Dra. Maura Pereira dos Anjos  
UNIFESSPA/ FECAMPO  
Examinadora

---

Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz  
UNIFESSPA/ FECAMPO  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus e a todos os lutadores/as do campo, sem eles nunca teria essa oportunidade de cursar e concluir uma faculdade, etapa importante na minha vida. Agradeço ainda aos movimentos sociais do campo, que lutaram e lutam para que os filhos de agricultores/as frequentassem uma universidade, como o curso de Licenciatura em “Educação do Campo”.

Aos professores da faculdade que contribuíram no meu processo formativo e aprendizados. Agradeço a minha orientadora e professora Ailce Margarida Negreiros Alves, a quem admiro muito, e por estar presente nesse processo formativo de muitos aprendizados durante os quatro anos que estive na faculdade.

Também quero agradecer as professoras Maura, Maria Celia e o Professor Celso Modesto, por estarem comigo no projeto do PIBID, que acreditaram no meu potencial para desenvolver o trabalho, e pela paciência, dedicação e por me incetivar produzir pesquisas. Delas ficaram experiências riquíssimas que só constituíram aprendizados, a partir da construção coletiva, e que possam acreditar em cada trabalho e pesquisas realizadas pelos estudantes, onde as experiências foram ricas e importantes na construção deste trabalho. Ao diretor Esmeraldo, por ter me ajudado no período de estudo e nas pesquisas realizadas na E.M.E.F. Santa Maria. Uma pessoa importantíssima durante minha formação.

Aos agricultores e agricultoras do PA Alegria, pelas ricas entrevistas e por acreditarem em mim. Aos professores da Escola Santa Maria por contribuir nas pesquisas e estágio em sala de aula. As minhas companheiras jovens mulheres camponesas parceiras da Educação do Campo: Maria Carlene de Oliveira e Raimunda dos Santos Pereira, filhas dessa luta da fronteira, pela solidariedade durante esse trabalho.

Aos meus colegas de turma que sempre me ajudaram e incetivaram durante o processo formativo.

A minha filha amada que sempre esteve ao meu lado Daffny, meu esposo Josimar companheiro em todos os momentos da minha vida. Meus sobrinhos queridos/ Thiago, Thiax, Thayson e Thayane, que vir crescer e tenho uma enorme admiração.

Aos meus pais: Antônia e Doralino, destacados posseiros/as, com quem aprendi as primeiras lições de resistência: nunca devemos desistir; meus irmãos: Deusimar, Deuzivan, Deuzivânia, Deuziene, Deuzilene, Deusinan, posseiros/as cúmplices, que sempre me ajudaram, inspirações na minha vida, principalmente, Deuzivânia por estar do meu lado e ajudar nos trabalhos durante todo o meu processo formativo.

Gratidão a todos/as!

## RESUMO

O Trabalho **Narrativas Camponesas: Histórias e Trajetória que marcam o Projeto de Assentamento Alegria, Marabá-PA** tem como objetivo refletir sobre o processo de constituição do Assentamento Alegria, situado no sudeste do Pará. Procura evidenciar os elementos históricos que explicam sua formação e características socioculturais e organizativas, bem como tecer reflexões acerca da região sudeste, da trajetória das famílias, da luta pela terra e da agricultura familiar, categorias importantes para a compreensão da região. O estudo partiu das seguintes questões: Como se deu a formação sócio cultural do assentamento e quem são os sujeitos participantes da história do Projeto de Assentamento Alegria? Quais as estratégias utilizadas para a conquista e permanência na terra? A metodologia adotada tem base na etnografia no qual combinei o papel de pesquisadora e de sujeita da pesquisa. Além da vivência, também narrativas das trajetórias de vida, e pesquisa documental. Como resultados iniciais a pesquisa revela fortes trajetórias migrantes das famílias até a formação do assentamento, e estas são condicionantes culturais, produtivos e da configuração das formas de vida no assentamento; revela a importante participação das mulheres posseiras e sua contribuição na conquista da terra; e que a conquista da terra foi importante para a autonomia das famílias que produzem e comercializam em feiras diversas. E que apesar de ainda enfrentarem muitos desafios, a territorialização dos/ as camponeses/ as do PA Alegria foi fundamental para conquistas de outros direitos sociais como educação, créditos, entre outros.

**Palavras chaves:** Assentamento Rural. Posseiros. Mulheres posseiras. Agricultura familiar.

## SUMMARY

The Work Peasant Narratives: Stories and Trajectory that mark the Alegria Settlement Project, Marabá-PA aims to reflect on the process of setting up the Alegria Settlement, located in southeastern Pará. It seeks to highlight the historical elements that explain its formation and socio-cultural characteristics and organizational, as well as reflecting on the southeast region, the trajectory of families, the struggle for land and family farming, important categories for understanding the region. The study started from the following questions: How did the socio-cultural formation of the settlement take place and who are the subjects participating in the history of the Alegria Settlement Project? What strategies are used to conquer and stay on land? The methodology adopted is based on the ethnography in which I combined the role of researcher and subject of research. In addition to the experience, we produced narratives of life trajectories, and did documentary research. As initial results the research reveals strong migrant trajectories of the families until the formation of the settlement, and these are cultural, productive and of the configuration of the forms of life in the settlement; reveals the important participation of women squatters and their contribution to the conquest of land; and that the conquest of the land was important for the autonomy of the families that produce and sell at different fairs. And despite the fact that they still face many challenges, the territorialization of peasants in PA Alegria was fundamental for the achievement of other social rights such as education, credits, among others.

Key words: Rural settlement. Owners. Women squatters. Family farming

“... ”

Abade, bucha, espoleta,  
Fumo, isqueiro de pedra,  
Chumbo cartucho e coragem  
Levando no encauchado  
O castanheiro embarca:  
Espera-o na selva a maleita,  
Os juro do barracão,  
Cabeça d’hectolitro  
- miseria de casco tão duro  
Que nem a lavra os collins.

Testeira de alça d’imbira  
Prendem o cesto nas costas;  
Seguro no pé-de-bode,  
Juntando a farta riqueza,  
O castanheiro recurvo  
- feito uma ave corcunda -  
Segue bicando a floresta  
À volta a vaca verde.

A chuva cotidiana  
Cobre de limo a percata.  
A 20, na andoleira,  
Cria caruncho no cano  
E a mão de lavrar ouriço,  
Parece crostra de cedro.  
...”

Trecho do poema Mair-abá do poeta Ademir Brás.  
Rebanho de Pedras (2003, p 122).

“Quando chegamos no barraco não tinha mais nada,  
botaram fogo em tudo, que tristeza.” (Posseira  
Antônia Laurinda).

“queimaram um barraco meu, com paiol de milho, paiol de fava,  
de arroz e feijão, roubaram 30 e pouca cabeça de galinha e  
tocaram fogo no barraco, mas assim mesmo atentamos, até  
ganhamos.” (Posseiro Doralino)

## **LISTAS DE SIGLAS**

AMMPRAA- Associação dos Mini e Micros Produtores Rurais Assentamento Alegria

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CEB's (Comunidades Eclesiais de Base)

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FATAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MEB (Movimento de Educação de Base)

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PA– Pará

PA – Projeto de Assentamento

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ONG-Organização Não-Governamental.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – O SUDESTE DO PARÁ: <i>LOCUS</i> DO PA ALEGRIA.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO II – ROÇAS, GARIMPOS, CASTANHA - “...TODA VIDA NA CARREIRA DO MARANHÃO...”: DIFÍCEIS TRAJETÓRIAS.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO III: PA ALEGRIA: UM PEDACINHO DA FRONTEIRA DO SUDESTE DO PARÁ.....</b>	<b>31</b>
3.1 - “NOSSA ALDEIA, NÓS SE ENCONTRAVA ERA ALI, TODOS OS DIAS”: A FORMAÇÃO DO PA ALEGRIA. ....	34
3.2 - AS MULHERES POSSEIRAS: “PEGUEI UM FACÃO, A LAMPARINA, SUMI PRA BEIRA DO RII (RIO) PRA AVISAR OS OUTROS.” .....	47
<b>CAPITULO IV - A REPRODUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO ALEGRIA .....</b>	<b>55</b>
4.1. TRAÇOS CULTURAIS CONSTITUTIVOS DO PA ALEGRIA.....	60
4.2 A CONQUISTA DA ESCOLA NA COMUNIDADE: UM CONSTANTE DESAFIO .....	62
<b>A REALIZAÇÃO DE UM SONHO: A TÍTULO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....</b>	<b>65</b>
<b>FONTES ORAIS: .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERENCIAS: .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO:

O Trabalho **Narrativas Camponesas: Histórias e Trajetória que marcam o Projeto de Assentamento Alegria, Marabá-PA**, tem como objetivo refletir sobre o processo de constituição do Assentamento Alegria, buscando os elementos históricos que explicam sua formação e características socioculturais, étnicas e organizativas, bem como tecer reflexões acerca de como o campesinato se constitui como uma categoria sócio histórica expressiva e portanto importante para a compreensão da região.

O trabalho foi realizado no Projeto de Assentamento (PA) Alegria, que fica a 27 km da sede de Marabá, com acesso pela BR-230 Transamazônica sentido Marabá-Itupiranga, adentrando a margem esquerda do km 09, sentido a estrada do Rio Preto. Ao longo do Distrito Brejo do Meio se tem acesso ao PA Alegria, localizado aproximadamente 05 km depois. Outro acesso se dá por via fluvial, pelo Rio Itacaiúnas, grande aliado dos posseiros/as, que foram agraciados com a generosidade da geografia do PA, que fica às margens desse rio. Dessa maneira, é possível o acesso ao PA pelas duas vias, durante todo o período do ano. (Almeida 2011).

O interesse pela pesquisa iniciou a partir de provocações do curso de graduação Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Humanas e Sociais. As leituras de textos, os debates em sala de aula, a ênfase na valorização das histórias e trajetórias de vidas dos estudantes de origem camponesa, desde o primeiro semestre, os seminários de debates acalorados sobre os processos vividos pelos povos das comunidades, dos assentamentos e acampamentos. Isso me levou ir identificando no caminho da minha formação a minha própria história e da minha família. Migrantes que atravessaram dias difíceis até que eu e minhas irmãs entrassem na universidade. Assim, outro fator relevante é por ser filha de agricultores, e ter toda uma vida ligada ao campo.

Outro ponto fundamental foi identificar todos os processos da vida dos meus pais estarem vinculados ao campo e este poder fazer parte das reflexões acadêmicas. Meu pai como quase todos os migrantes de origem humilde combinava garimpo e trabalho na roça seja como meeiro, empreiteiro e até mesmo empregado até que conseguiu ter sua própria terra. Minha mãe, que foi quebradeira de Coco durante muito tempo, hoje continua trabalhadora rural, e assim me considero agricultora, e parte dessa história. Eu e minhas irmãs continuamos morando em territórios camponeses; os assentamentos de Reforma Agrária. Considero indispensável registrar essa história, esses momentos que foram e são importantes na vida dos agricultores, a partir da história contada pelos próprios

protagonistas, nesse caso, os e as agricultoras do Projeto de Assentamento Alegria, que foram e são peças fundamentais na construção do assentamento. Assim registrar a história da comunidade é sem dúvida trazer para o contexto dos sujeitos, fazer reflexões acerca de suas ações e sua própria história de vida: Como cita Anjos e Medeiros (2009):

A história de vida é um território rico a ser trabalhado[...]. Por meio do trabalho com histórias de vida, por meio do estudo autobiográfico, é possível mobilizar reflexões sobre o ser humano como ser forjado historicamente, cuja subjetividade e consciência social vão se constituindo a partir das relações e interações culturais vivenciadas cotidianamente ao longo de sua vida e do modo como sentem e reagem a elas. (ANJOS E MEDEIROS, 2009, p.111)

O estudo em questão propõe provocações relevantes acerca de fatos constitutivos da história regional, sua constituição sócio cultural, o que revela sua importância no sentido de sua contribuição no esclarecimento e produção de conhecimentos devendo, portanto, fazer parte do conhecimento da universidade e contribuir na aprendizagem de outros sujeitos.

Outro elemento é o fato de passar minha infância, adolescência e juventude no campo, e ter acompanhado de perto a história do assentamento, isso me coloca na condição de sujeito da pesquisa. Considerando todos esses elementos pretendo imergir nessa história, buscando mais informações, sistematizando, aprofundando com leituras, para que futuras gerações que residem no PA possam ter conhecimento sobre a história de formação da sua própria localidade, haja vista que muitos dos moradores que estavam desde o início, estão saindo seja por conta do envelhecimento ou mesmo a procura de outras opções de trabalho.

Para atingirmos os objetivos do estudo partimos de algumas questões que norteou a nossa pesquisa que são: Como se deu a formação sócio cultural do assentamento e quem são os sujeitos participantes da história do Projeto de Assentamento Alegria? Quais as estratégias utilizadas para a conquista e permanência na terra?

A metodologia adotada tem base na etnografia e não podia ser diferente, uma vez que vivi, cresci e aprendi muito do que sou neste território: Projeto de Assentamento Alegria. Lá participei e acompanhei meus pais, minha família e as demais na experiência cotidiana da vida, do trabalho e da resistência desde os tempos em que esse território era um castanhal dominado pelas oligarquias locais. Dessa forma combino o papel de pesquisadora e de sujeita da pesquisa, o que não é fácil, porque nos coloca um grande desafio de estranhar o conjunto de relações, experiências e narrativas aqui produzidas. Além da vivência e do conhecimento que tenho por fazer parte da história fiz visitas, ouvi

narrativas sobre história de vida e processo que levou a participar da conquista da terra. Para enriquecimento do trabalho também fazemos uso da pesquisa documental, perfeitamente combinada e que nos dá acesso a outros dados necessários para a compreensão e análise da temática tratada. Diante disso, compreendemos que a pesquisa etnográfica é um tipo de estudo que colaborou para uma melhor compreensão sobre a realidade estudada, além de um reflexão acerca da temática. Segundo Severino (2007) a pesquisa etnográfica:

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas modalidades. Trata-se de um mergulho no macrosocial, olhando com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas comatíveis com abordagem qualitativas. Utiliza-se do *método etnográfico*, descritivo por excelência. (SEVERINO, 2007, p. 119)

Dessa maneira fizemos uso de variadas técnicas na produção de informações, desde a descrição densa, possível no exercício da pesquisa etnográfica, identificando os elementos presentes no universo estudado, as relações que se constroem e os processos que se estabelecem na família, no território e nos grupos, a partir do olhar de quem também viveu e vive essa experiência. A escuta de narrativas de moradores antigos do assentamento, e também de familiares que participaram de processos diversos e a pesquisa documental foram importantes. O acesso à relatórios, atas de reuniões, assembleias ou registros diversos, bem como a pesquisa bibliográfica constituíram fases necessárias, e ajudaram a lidar melhor como os dados do universo da pesquisa.

A pesquisa além da vivência, foi desenvolvida no período de julho de 2018 a novembro de 2019. Nossa principal estratégia de pesquisa é nossa própria vivência, as relações que estabelecemos desde quando minha família foi para a ocupação. Assim pudemos fazer uma observação densa, com descrição detalhada de espaços, relações, cenários e pessoas, elementos essenciais para atingir os objetivos da pesquisa.

As reflexões contidas aqui se fundamentam em alguns autores clássicos que escreveram sobre essa região, sobre sua constituição e transformações históricas, conflitos agrários, organização e resistências que foram fundamentais na constituição do campesinato regional e na reorganização geográfica a partir da conquista dos territórios camponeses, contrariando a política da “pata do boi” da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Assim dialogamos com Velho (1972), Emmi (1999), Santos (1980), para falar sobre os primórdios da região, da sua constituição sociocultural, a exploração do caucho e da castanha Martins (1999), a definição da dinâmica de fronteira que se desenvolve no sudeste do Pará, bem como Hebetete (2004), Guerra (2001), Pereira (2013), especialmente da luta pela terra, da figura do posseiro e da

luta sindical, dentre outros, além dos debates sobre a participação das mulheres na luta pela terra Silva *et all* (2017).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo fazemos uma discussão acerca do processo e suas contradições acerca da configuração da Região Sudeste do Pará, falamos brevemente do processo de colonização portuguesa a militar, no qual procuramos elencar alguns elementos importantes que nos ajudam a compreender a ocupação da Amazonia no seu curso histórico, bem como as transformações bruscas que região sofreu, os impactos no sudeste paraense nas últimas décadas, em decorrência das políticas de Estado, advindas do Golpe Militar de 1964. Enfatizamos ainda a trajetória da formação do Assentamento Alegria a partir das histórias contadas por alguns moradores. Neste trazemos alguns elementos como a localização do assentamento, infraestrutura, economia, espaço de sociabilidade do PA Alegria até a educação formal ofertada no assentamento. No segundo capítulo tratamos das trajetórias dos e das posseiras, as mudanças de lugar, trabalhos realizados, até a chegada na região, processos comuns vivenciados pelos sujeitos tanto no sudeste, como em outras partes da Amazônia brasileira. No terceiro capítulo centramos na história da formação do assentamento discutindo como foi a conquista do território e a participação das mulheres posseiras. Finalmente no quarto capítulo dedicamos a falar da reprodução da vida, falamos da produção e comercialização, falamos do cotidiano do assentamento, e também da educação e da escola.

## **CAPÍTULO I – O SUDESTE DO PARÁ:** *locus* do PA Alegria.

A região amazônica possui uma longa história, porém, passou oficialmente para história do mundo a partir da colonização europeia no processo de colonização portuguesa e das disputas de outros países como a Espanha, a França, que fizeram viagens ou expedições de exploração e conhecimento do que tinha nessas paragens que serviam para os negócios e comércio da época Velha, (1972). Assim no século XVI, a partir da chegada dos portugueses na costa brasileira, construíram uma narrativa de descoberta e adentraram pelo sertão dizimando povos, como as diversas etnias dos povos originários aos quais atribuíram o nome de indígenas.

O processo de colonização da Amazônia nas últimas décadas foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, pois foi promovido pela burguesia nacional e internacional, apoiados pelo Estado brasileiro, dizimando grande quantidade dos povos originários. Mas através da estratégia capitalista implantada na região, fez-se necessário transformar os povos originários em mercadoria, [...] (PICOLI, 2006, p. 79)

A vinda dos portugueses para essa região provocou um verdadeiro caos para os povos indígenas, e na época, contaram com uma potente aliada para o domínio do território; a igreja católica para a catequização dos índios e numa total desconsideração desses povos; os verdadeiros donos do vasto e rico território. Os portugueses e outros europeus que disputavam o território, investiram na exploração dos recursos naturais: primeiro as drogas do sertão, depois prata, ouro, diamante, madeira (pau Brasil), pelo que exploraram inicialmente indígenas, como força de trabalho a mão de obra escrava da coroa, como diz Castro e Campos (2015):

A catequese foi a arma mais poderosa da Coroa na dominação e docilização dos índios no decorrer do primeiro século de colonização. A Igreja católica teve um papel central nesse processo e, através dos seus missionários, conseguiu a pacificação de muitos povos e aldeias indígenas. Sobre essas empreitadas, os missionários iam às aldeias para convencer os índios a aceitarem não somente uma convivência pacífica, mas, sobretudo, o não dito, o ingresso no mundo do trabalho forçado, na produção de bens de mercado e no controle do tempo e da vida nos espaços sob domínio missionário, ou para onde eram direcionados. (CASTRO, CAMPOS, 2015 p.406 e 407).

A presença da coroa portuguesa na região amazônica, gerou bastante conflito, os índios resistiam à servidão, e tiveram destacado protagonismo na luta pelo seu território, e com ele suas culturas, e embora muitos tenham sido dizimados, lutaram e lutam até os dias atuais para ter espaço garantido. Como fala Castro e Campos (2015):

A ocupação portuguesa nos vales do Amazonas e do Tocantins, longe de ter sido pacífica, foi marcada por lutas intensas de resistência de povos indígenas que habitavam na floresta e nas áreas de várzea e de campos, no continente e nas ilhas, lagos, rios e igarapés, sobre o qual haviam elaborado conhecimentos e

desenvolvido práticas de domesticação da natureza. Justamente onde conformara-se o primeiro círculo de fixação da colonização portuguesa. Com línguas, saberes e cosmovisões diversas, os povos indígenas resistiram, por longos períodos, aos colonizadores. (CASTRO E CAMPOS, 2015 p.404)

Assim, desde os primórdios da colonização europeia no Brasil e Amazônia, os indígenas foram as maiores vítimas. Desterritorizados dos seus lugares de origem essas etnias adentram a mata fugindo das barbáries da colonização e com isso a Amazônia passa por transformações brusca ao longo da sua história, com a implementação radical da lógica colonial, branca, patriarcal, cristã no interior dessa região. Além das questões provocadas pela invasão portuguesa, as transformações mais radicais que ocorreram na Amazônia e se reproduziram de forma impactante no sudeste paraense nas últimas décadas, são decorrentes das políticas de Estado.

Assim a história da Amazônia e região sudeste do Pará nos últimos tempos se inscrevem como consequências do Golpe Militar de 1964 no Brasil, que considerou a Amazônia um espaço vazio, ignorou populações e dinâmicas aqui existentes, atuando para entregar essa região ao capital estrangeiro. A estratégia de instalar infraestruturas como rodovias, ferrovias, portos, barragens, entre outras estruturas para as empresas operarem com facilidade, essa lógica tornou a região espaço de expansão e reprodução do capital, e portanto, de geração de lucros para as elites, pouco importando com a vida humana, ou qualquer outra.

Esses grandes projetos não visava o bem estar da população da floresta, porém deixa bem claro que por traz tinha intenção de expulsar camponeses e outras comunidades de suas terras. Como cita Picoli (2006):

[...] O projeto articulado pelo Estado em conjunto com o capital não foi para trazer felicidade aos povos da floresta. Ao contrário, foi para expulsá-los de suas terras e promover a expansão dos grupos econômicos na região. Os indígenas foram as grandes vítimas da expansão da última fronteira agropecuária dos pós-1964. [...] (PICOLI, p.75, 2006)

Na Amazônia e região sudeste do Pará imperava práticas extrativistas, que vinham se dando desde a época da colonização europeia, por exemplo como as drogas do sertão, e nesta região do Pará depois do caucho, marisco, castanha, também existiam muitos garimpos de pedras preciosas, ouro e outros Velho (1972); Matos (1996); Guerra (2001). Essas eram executadas pelas sociedades, povos e populações que se constituíram aqui pelos diversos processos migratórios, em determinados períodos história, vindos principalmente do Nordeste brasileiro Velho, (1972). Eram pessoas que já habitavam e portanto, se reproduziam aqui. Simultaneamente a essas atividades continuou um processo migratório rumo a Amazônia e ao sudeste paraense, agora já direcionado pelo governo no

que se chamou *colonização da Amazônia*, a partir do Plano oficial do governo *Integrar para não Integrar*. No entanto esse plano motivou uma migração massiva principalmente de famílias que vieram com a expectativa de conseguir um pedaço de terra para viver. Na década de 1970 o plano de ocupação privilegiou empresas agropecuárias, mineradoras e outras, e não previu a vinda de camponeses sem terra que viviam trabalhando em terras de terceiros no nordeste brasileiro, principalmente. Só que a propaganda feita pelo governo de um *eldorado* e da existência de terras pra burro na Amazônia, para quem não tem, era pura falácia Hebette (2004). No entanto, mexeu com os sonhos de muitos brasileiros que precisavam de terra para viver, o que mobilizou milhares de famílias a migrarem para essa região, gerando com isso um cenário de conflitos e de disputas acirradas, transformando essa parte do Pará, mas também outras, em palco de lutas recorrentes, pela posse da terra, através de ocupações de castanhais e de fazendas, respaldados pelo conhecimento de que eram áreas apropriadas de forma ilegal, por ser da união, ou pela condição de serem terras improdutivas. Assim se acirraram no Pará uma antiga luta no Brasil, dos trabalhadores rurais por Reforma Agrária, e a resistência se intensifica no país e na região, porque ali os camponeses viam a oportunidade de mudar de vida, mas essa luta só foi possível com a ação em massa dos trabalhadores/as rurais como diz Jean Hébette (2004):

No fim do regime militar, voltou-se a falar em reforma agraria. Criou-se inclusive o Ministério da Reforma Agrária. Despertou muita esperança, rapidamente desiludida. A conquista de um pedaço de terra nos castanhais só era possível por meio da ação dos trabalhadores. Os castanheiros ocupavam ainda essas terras, das quais conheciam os limites e as sobras. (HÉBETTE, 2004, p.231)

A luta pela Reforma Agrária se tornou cada vez mais intensa, e a região do sudeste do Pará que já era marcada por muita violência, produz um cenário de enfrentamentos à concentração fundiária, de forma organizada reivindicando à democratização da terra, talvez nunca visto antes, no qual muitos camponeses deram sua vida por um pedaço de terra. Sobre isso Pereira (2013) ressalta que:

[...] Uma violência que atingia não apenas os trabalhadores de forma direta (os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, as agressões, prisões e torturas), mas também as suas unidades de produção e de moradia (expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações), desestruturando grupos, relações de parentesco e vizinhanças. Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirá-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores [...] (PEREIRA 2013, p. 28).

Diante disso, podemos analisar que os camponeses sofreram tanto violência física, quanto contra seus bens de produção e organização, uma vez que, os latifundiários usavam

de todas as formas para desarticular a organização social e política dos trabalhadores/as rurais. E nessa disputa por território, muitas lideranças foram ameaçadas e mortas em todo o Estado do Pará, e até os dias atuais a maioria dos crimes contra os agricultores estão impunes.

Segundo a CPT, dos 914 assassinatos de trabalhadores, advogados e agentes de pastorais envolvidos na luta pela terra no Pará, entre 1964 e 2010, apenas quinze casos foram a julgamentos, quando onze mandantes e treze executores foram condenados. No entanto, apenas seis acusados pelos seus envolvimento com esses crimes estão presos. [...] (PEREIRA 2013, p. 128 e 129)

A luta foi árdua, mas apesar dos conflitos os camponeses não desistiram e lutaram até alcançar os seus objetivos. Pereira (2008), afirma ainda que:

Os trabalhadores rurais não foram, nem de longe passivos. Enfrentaram sob riscos os mandos e desmandos dos latifundiários e de representantes dos organismos do estado. Ocuparam terras e enfrentaram os proprietários e seus pistoleiros. Criaram estratégias de ocupação e resistência na terra (PEREIRA, 2008, p. 95).

Os trabalhadores rurais lutaram incansavelmente para conquistar a terra e ter o seu direito respeitado, pois as elites agrárias, constituída pelo poder econômico e político desde as oligarquias da castanha, como bem explica Emmi (1999), que ao longo da história foram se apossando de forma ilegal de grande parte ou de quase todo o território. Enquanto a classe menos favorecida que são os camponeses na sua diversidade sócio étnica ficaram apenas com algumas migalhas de terras. Com a proteção das leis vigentes e do Estado, vão se constituindo famílias privilegiadas com a concessão dada pelo Estado, de grandes áreas de castanhais em terras devolutas, por diferentes meios: compra, aforamento e arrendamento.

Essa estratégia política de beneficiamento de algumas famílias com a concessão de áreas de castanhais, acabou com os castanhais públicos, onde muitos castanheiros extraíam sua renda anual, e também deu poderes quase que absolutos à determinados grupos na região, como foi o caso da oligarquia Mutran na região Emmi, (1999). Assim os grandes latifundiários se apossaram de enormes parcelas de terras, além de desmatar e transformar os castanhais em grandes pastagens, ainda controlavam os camponeses constantemente perseguidos. Neste sentido a luta por Reforma Agrária vai se construindo por necessidade imediata, uma vez que muita gente ficou sem ter terra para trabalhar e ainda, tem um grande movimento de migração rumo as terras da Amazônia, particularmente do Pará. Um sujeito importante se constitui nesse contexto: o posseiro, muito forte no sudeste do Pará Guerra, (2001), na luta pela Reforma Agrária, que pela sua forma particular de estar na

área de posse requerida em grupo, gerou conflitos e conseqüentemente a morte de muitos trabalhadores rurais.

A propaganda do Governo sobre a Amazônia, com o slogan “Terra sem homens, para homens sem-terra” incentivou milhares de pessoas, famílias inteiras a migrarem para essa região. Na fala de Jean Hébette durante a abertura da rodovia Belém Brasília muitas pessoas oriundas de outras regiões do país vieram para o Sudeste do Pará a procura de melhores condições de vida. E nesse processo de ocupação da Amazônia brasileira a principal finalidade dos migrantes era a terra, Picoli (2006), haja visto que essa região se revelou para muitos como a esperança de sair do trabalho subjugado nas terras de terceiro, e ter sua própria terra.

Diante de tamanha desigualdade e a grande concentração de terras nas mãos dos latifundiários nessa região, os trabalhadores rurais foram forçados a se organizar e sem a *terra prometida* da propaganda do governo, uma vez que não tiveram outra saída, senão a de ocupar grandes parcelas de terras devolutas, ocasionando conflitos entre posseiros, latifundiários, estado, empresas e outros. Um exemplo de conflito que chocou o mundo foi o Massacre de Eldorado do Carajás em 17 de abril de 1996, no qual muitos Sem Terras foram assassinados.

A Amazônia para muitos é lugar de oportunidade de vida, e assim chegam em terras paraenses para serem livres, com a posse de suas terras. Como diz Hébette “[...] sai das bordas do latifúndio em busca de uma terra própria para trabalhar como homem livre, como gente; uma terra onde não seja humilhado pelo latifúndio. [...]” (HÉBETTE, 1985, p. 212). Sair do domínio dos latifundiários, possuir uma terra para garantir o sustento da família de forma autônoma, era o sonho desses trabalhadores/ as, e isso levou as famílias a enfrentarem de forma organizada as classes sociais mais elevadas, e resistissem, enfrentando todo tipo de violência, num espaço como o Sudeste paraense marcado por disputas sangrentas.

Nessa história de luta, o personagem posseiro pode ser visto como um dos primeiros sujeitos que incorporou e abriu a luta coletiva pela terra nessa fronteira, particularmente depois do declínio da economia da castanha, sem omitir outras resistências coletivas fundamentais em defesa dos territórios das populações indígenas e tradicionais que já se faziam em várias partes da Amazônia e aqui no sudeste paraense. A luta pela desapropriação do castanhal, depois Fazenda Alegria foi exclusivamente protagonizada por posseiros e posseiros/ as, sindicalizados, entre estes eu própria e minha família. Segundo Martins (1996) fronteira é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da

contemporaneidade dos tempos históricos.[...] fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. (MARTINS, 1996, p. 25 e 26). Assim posseiros e posseiras, ao entrarem em terras devolutas, reafirmando essas terras como direitos, como terra de trabalho para a vida, enfrentaram fazendeiros e grandes empresas, o que culminou em enfrentamentos conflituosos, seguidos de mortes, uma luta injusta, desleal e covarde. Como afirma Guerra (2001).

Assumir a disposição para ocupar, o posseiro enfrenta inimigos armados e organizados, como fazendeiros e as empresas agropecuárias [...]. A luta por eles enfrentada é de natureza desigual. Mesmo entrando em áreas devolutas ou sem função social efetivada, os posseiros passam primeiro, pelo estágio de invasor, ocupante, marginal. As reações a esta prática são, normalmente, de pouca simpatia por parte da sociedade dominante. Neste momento de assumir a entrada numa terra, nossa personagem, embora coletiva, é solitária enquanto categoria. O que faz absorvível é a sua eficiência como produtor, o que ela tem que fazer como uma prova de fogo, um batismo. Derrubar a vegetação natural, plantar, construir um abrigo, proteger-se dos ataques de pistoleiros, jagunços, polícia, doenças. (GUERRA, 2001, p. 106 á 107)

Mesmo ocupando terras da união os trabalhadores são visto como bandidos, seja pelos latifundiários, seja por boa parte da sociedade, que não compreendem que os posseiros buscam na terra a sobrevivência, pois a terra além de ser explorada foi tomada pelos fazendeiros de forma ilegal, deixando muitos camponeses sem moradia. Diante dessas atrocidades cometidas pelos latifundiários os posseiros não recuaram lutaram e lutam até os dias atuais para garantir a terra. Guerra (2001), se dedicou a entender esse personagem típico de fronteira e definiu:

[...] os posseiros são “lavradores”, “produtores”, “rurícolas”, “homens da terra”...para os posseiros, contudo, ser posseiro é um diploma que encerra um currículo, de lutas e enfrentamentos. [...] uma categoria cuja identidade é dinâmica, e sua matriz é a inquietude por melhores condições de produzir e viver de próprio trabalho. [...] As lutas dos posseiros sempre partiram da necessidade de uma terra para trabalhar o que desencadeia o enfrentamento na luta pela desapropriação de imóveis improdutivos. (GUERRA, 2001, p. 104 e 105)

Vários atores foram extremamente necessários na luta pela Reforma Agrária, o que evidenciou uma ação em massa dos trabalhadores contra os aparelhos do estado. Os órgãos que representam o movimento dos posseiros tem um papel fundamental, na organização dos agricultores e na negociação junto ao Estado. Como diz Pereira (2013):

A experiência de luta dos posseiros nas áreas ocupadas, com o apoio da Igreja Católica e de alguns STRs que contribuíram para que os conflitos tomassem dimensões extra-locais, mostrou a capacidade desses trabalhadores rurais de se constituírem enquanto sujeitos políticos, portadores de direitos e com capacidade de fazer órgãos e as instituições do Estado os ouvir. (PEREIRA, 2013 p.166)

Na tentativa de mais êxito na luta e conquista pela terra, os posseiros tiveram que se organizar, e para isso uniram-se com algumas entidades como STTRs, CPT, entre outras

que lutam em prol dos direito dos camponeses, fazendo discussões sobre as formas de enfrentamentos, fazendo pressões, ganhando força, voz e resistindo as ameaças dos latifundiários na desapropriação das terras. Segundo Hébette (2004), “Os camponeses são o refugio da sociedade capitalista para serem ouvidos, precisam se organizar em formas suscetíveis de criar pressões.” (HÉBETTE, p.152)

Essas ações massivas ganharam espaços, visibilidade, e de certa forma proteção aos posseiros, porque muitas entidades passaram a denunciar as ameaças dos fazendeiros acarretando a desapropriação e conseqüentemente a criação mais de 500 assentamentos no sudeste do Pará, conforme dados do INCRA. Assim os trabalhadores não mediram esforços, uniram-se em prol de algo comum e juntos lutaram enfrentaram seus medos e fizeram a Reforma Agrária numa região onde a classe patronal detinha o poder.

## **CAPÍTULO II – ROÇAS, GARIMPOS, CASTANHA - “...toda vida na carreira do Maranhão...”: difíceis trajetórias**

Neste segundo capítulo trataremos a trajetória de vida dos moradores do assentamento Alegria, por isso usamos um trecho de uma fala de uma moradora, trecho que traduz muito da vida desses sujeitos do meu campo de pesquisa. Aqui estamos tentando compreender quem são esses e essas assentadas a partir de suas experiências, suas histórias de vida, o processo migratório e o envolvimento na luta pela terra na Região do sudeste do Pará. Observamos que os moradores/ as, do território camponês chamado PA Alegria são pessoas que vêm de longe, possuem diferentes origens, portanto migrantes de diversos lugares e regiões do país, e portadores de uma história marcada por dificuldades, deslocamentos de um lugar para outro, procurando *melhorar de vida*. Assim são portadores de conhecimentos, saberes e uma história que precisa ser sistematizada e contada para futuras gerações, principalmente por essas histórias se entrelaçarem e constituírem a história da formação social, cultural, ética e econômica dessa fronteira do sudeste do Pará. Essas trajetórias pessoais marcam a trajetória dessa região, conforme os relatos registrados aqui na pesquisa.

Antes de chegar na região passaram por vários lugares. A jornada em busca de terra no sudeste do Pará foi longa, e certamente deixou marcas profundas para as diversas famílias, que tiveram um trajeto difícil, no qual precisaram abdicar do seu lugar de origem, deixar pais, filhos, família, amigos, para adquirir o direito à vida, a moradia, ao trabalho autônomo, como foi o caso da senhora Deusdete Teixeira dos Santos de 84 anos nascida no Maranhão, atualmente viúva, mãe de seis filhos. Uma das moradoras do PA, que viu nessa terra a esperança para dias melhores:

Eu nasci na Mata do nascimento, lá perto do Codó, sou da gema do Maranhão. Eu vim com meu pai de lá, aí nós viemos pra São Paulo do Maranhão, aí do São Paulo viemos pra Lagoa do Arroz, lá perto do Tuntun. Eu nunca morei em rua, toda vida nós mora na roça. Lá da Lagoa do Arroz nós viemos pro Cento dos Teixeiras, toda vida na carreira do Maranhão. Aí viemos parar no Coco Redondo, aí de lá vim para a beira do Tocantins. Meu pai ficou lá no Coco Redondo, aí vim vindo, aí da beira do Tocantins vim barrar no Pará. [...] Quando nós viemos pro Pará, [...] trouxe o Juarez com 8 (oito) anos e Sônia com 1(um) ano. Cabrinha, Coco Redondo fui buscar meu filho mais velho, minha outra menina a mãe não deixou eu trazer. (Entrevista cedida dia 09-08-2019 as 15:00 da tarde)

A trajetória de D. Deusdete é marcada por deslocamentos, ela migrou várias vezes, sua narrativa conta pelo menos cinco mudanças: Mata do Nascimento; São Paulo do Maranhão; Lagoa do Arroz; Cento dos Teixeiras; Coco Redondo, e como ela diz: “toda

vida na carreira do Maranhão”, até chegar no Pará. Da mesma forma que Dona Deusdete, muitos e muitas trabalhadoras/ es migraram muitas vezes dentro e fora do estado de origem em busca de uma vida melhor, e muitas vezes essa vida melhor, significava a conquista da terra para trabalhar. No caso da narradora, que vivia da quebra de coco babaçu, mãe de alguns filhos, tal migração representou sacrifícios, a separação com mãe, filhos/ as, primeiro pela instabilidade dada pela condição econômica, e de não saber o que de fato ia encontrar, depois a solidariedade da mãe de ficar com os filhos enquanto ela organiza a vida humilde. Ela que sempre trabalhou na terra, faz questão de afirmar: “Eu nunca morei em rua, toda vida nós mora na roça”, a chegada no Pará a fez organizar sua jornada tanto pela sazonalidade que a região permitia, como pelas oportunidades que apareciam. Assim ela relata que depois que chegou no Pará, combinou o que já sabia fazer “quebrar coco”, com atividades de cortar castanha e o trabalho na roça, dividindo-os nos dias da semana:

Eu vivia de quebrar coco, de cortar castanha e trabalhar na roça, duas vezes por semana trabalhava na roça, plantando e colhendo, quarta e quinta-feira quebrava coco e tirava o azeite para vender, e nos finais de semana cortava castanha. (Entrevista cedida dia 09-08-2019 as 15:00 da tarde)

Cortar castanha se inseriu dentro das suas atividades na sua vinda pro Pará. Atividade desenvolvida no inverno do norte do Brasil, durante a safra do fruto. Cortar castanha era posterior a catar e juntar, tratava-se de cortar o ouriço para tirar os frutos no lugar onde estavam os ouriços em montes. Durante o *boom* do extrativismo da castanha que durou até por volta da década de 1970, (SANTOS, 1980; EMMI, 1999), quando muitos nordestinos foram atraídos para essa atividade inclusive minha família.

Observamos que esses Trabalhadores/as também tiveram que exercer diversas atividades para garantir o sustento familiar. Na maioria das vezes não por escolhas próprias, mas por falta de opção ou pela única oportunidade de trabalho existente no momento. O senhor Doralino Gomes de Almeida, agricultor, casado, pai de 8 filhos, avô de 8 netos e bisavô 4 bisnetos, teve que organizar sua vida de acordo com as oportunidades que apareciam, porém viam na terra a possibilidade de reconstruir suas histórias. Como em seu relato:

Morei e trabalhei em muitos locais. Não enjeitava serviço, tinha família pra criar né. Em dezembro 1979 vim pro Pará tentar a vida, nesse período deixei minha família lá no Tocantins, porque não dava pra trazer comigo. Em janeiro de 1980 voltei pra buscar eles (família). Quando cheguei aqui (Pará) fiz de tudo: trabalhei no garimpo de Itaituba, Santarém, e Serra Pelada, no corte da castanha, em São Geraldo, roçando *juquirá* na agricultura. Quando a Serra Pelada fechou fui trabalhar de novo na agricultura, roçava, plantava, colhia e vendia quando precisa, fazia tudo com minha família. É tive dias duro, mas hoje tou aqui bem e com meu pedacinho de terra, hoje tenho o que deixar pra eles (filhos) (entrevista cedida em 08-07-2019 as 5:00 horas da tarde)

O relato reafirma os diversos deslocamentos como falamos anteriormente: “Morei e trabalhei em muitos locais”, bem como o envolvimento em várias atividades “Quando cheguei aqui (Pará) fiz de tudo” para dar conta de sustentar a família. Novamente vimos aí a combinação de atividades de garimpo, corte de castanha, *roço de juquirá*, também chamada de empreita, e agricultura. Assim as famílias *se viram* para dar conta da sobrevivência na fronteira, até que consiga sua própria terra, expresso na fala: “É tive dias duro, mas hoje tô aqui bem, e com meu pedacinho de terra”. É visível que no decorrer da trajetória dos e das camponeses/as, o que mais motivou a migrarem de um lugar para outro, foi a procura por melhores condições de vida, sendo esse o motivo que os obrigou a migrar para a região do sudeste do Pará, e conseqüentemente, lutar por Reforma Agrária, pois a terra era ponto essencial para tais mudança de vida. Como afirma Guerra, (2001):

A perspectiva de melhoria de condições de vida é o motor de toda a trajetória que têm a capacidade de trilhar. A experiência no trabalho da roça e o vigor físico dos trabalhadores rurais em geral, são elementos importantes na sua reprodução enquanto camponeses, embora o que pareça ser o dínamo de sua persistência seja a efetiva e clara busca de melhorias de condições de vida atual e futura. [...] (2001, p. 75).

É fato que diferentes fatores como: trabalho, melhores condições de vida, a terra foram as maiores causas da massiva migração de trabalhadores/as para a região do sudeste do Pará. Foram muitas experiências que os moradores vivenciaram ao longo de sua trajetória que serviram de aprendizados, pois passaram por enormes dificuldades que os atingiram de forma bem intensa até conseguir a terra para viver e plantar. Vários autores brasileiros explicam essas correntes migratórias para a Amazônia como resultado da profunda crise no Nordeste brasileiro provocado pela seca, e também pelas cercas que marcam as fronteiras que garantem a concentração das terras nas mãos de alguns privilegiados (SANTOS, 1980; MARTINS, 1997; HEBETTE, 2004).

São desafios com idas e vindas que os/ as agricultores/ as tiveram que fazer para ter seu espaço de viver. Essas histórias de não ter como ficar se as condições sociais locais te expulsam de tuas raízes, associadas ao sentimento de esperança de conquista de uma vida melhor, portanto os elementos que te atraem num dado lugar, no caso a Amazônia com a propaganda de “terra pra burro” (HEBETTE, 2004), oportunidades de emprego e renda constituem as trajetórias da territorialidade nessa parte do Pará, especialmente de Marabá, região de Carajás. Histórias como de Nadilson Dantas de Oliveira, casado, pai de 4 (quarto) filhos, viveu. Como no relato

Nasci na Bahia, da Bahia nós fomos pra Rondon do Pará, ai de lá meu pai não deu certo com o fazendeiro, ai todo destino de nordestino é ir pra São Paulo, eu

tava com 13 anos, moramos 2 anos em São Paulo, ai lá não deu certo ai vinhamos pra Imperatriz, [...] ai lá meu pai não encontrou serviço, ai destinou pra Marabá, descemos de barco que só tinha barco em 72 que naquele tempo não tinha estrada. Ficamos em Marabá um bom tempo, foi quando criou a transamazônica, ai nós fomos morar na roça no km 52, sentido a Altamira, eu estava com 13 anos, vivemos lá um montão de anos. Depois eu sair e fui trabalhar na fazenda, nesse tempo eu já estava com 21 anos. Eu trabalhava lá com gado, como vaqueiro. Ai depois fui pra Rio Maria, de lá fui pra Tucumã, depois voltei pra Marabá, quando eu cheguei em Marabá em 95 foi a época o pessoal tava começado a mexer nesse movimento aqui, ai através de Nelson e Valdiomar, em 95 pra 96, [...] foi através deles que eu cheguei aqui. Nessa vida fiz de tudo, fui, vaqueiro, pedreiro, agricultor. (Entrevista em dia 20-04-2020 as 3:00 horas da tarde)

As experiências de vida dos trabalhadores/as que se estabeleceram no PA Alegria, embora distintas, apontam trajetórias comuns: muitas mudanças de lugar, passagem por muitas atividades, como mostram os relatos. Ou seja as histórias e trajetórias de vida dos e das interlocutores/as da pesquisa revelam elementos explicadores da dinâmica de formação e transformação da região, particularmente dos anos 1970 até agora. Uma região que vai se constituindo e se modificando ao longo do tempo, e a partir de decisões superiores, e que afetam diretamente a vida das populações, principalmente as mais desprovidas de condições econômicas, e que também são de origem camponesa. Por isso mesmo, se vêm obrigadas a sair arriscando encontrar um lugar onde possa viver com a família. Na chegada, relatam que foram para os diversos garimpos da região, e ao mesmo tempo afirmam que trabalharam no corte de castanha. Migrantes nordestinos ou retirantes, de origem camponesa, desenvolveram trabalho nas fazendas, no sistema de empreitadas, de roço, Experiências desafiadoras, pois a cada mudança tinham que aprender a conviver, adaptar-se tanto ao local, quanto as inúmeras atividades profissionais que precisavam exercer. Muitas dessas dificuldades foram superadas com a conquista da terra, porque conseguiram fixar-se e trabalhar junto à família. Moradores como o senhor Euzimar Pereira da Silva:

Meu nome é Euzimar Pereira da Silva tenho 59 anos de idade, nasci em 1960 em Marabá, sou casado pai de 5 filhos, sou filho de agricultores. Vivi parte da minha adolescência na rua [cidade]. Em 80 fui trabalhar no garimpo de Serra Pelada, em 82, servir o exército. Após sair do exército trabalhei no garimpo novamente. Depois de alguns anos voltei pra Marabá e aprendi a trabalhar com refrigeração, onde fiquei por um longo período e conseguir criar minha família. Mas eu sempre tinha o desejo de conseguir um pedaço de terra. Em 2011 passei no concurso público. Atualmente trabalho na agricultura familiar, na criação de pequenos animais como peixe, galinha, plantio de frutas, mandioca. (Entrevista cedida dia 08-06-2020 as 7:00 horas da noite).

Com essa determinação os camponeses enfrentaram seus dilemas e aprenderam a viver e traçar novas perspectiva em suas vidas. E pelo que percebemos nas trajetórias dos trabalhadores/as apesar dos desafios encontrado ao longo da vida, o fato de melhorar as

condições de vida era considerado um elemento indispensável e incentivador. Como ressalta Silva (2006):

[...] Ela tem um lado dramático que é decidir mudar e enfrentar o novo, desconhecido. E, por outro lado, é animada por uma esperança sempre renovada de que mudar significa lutar e melhorar as condições de vida, isto é, significa protagonizar sua história. Por isso, as trajetórias de vida migrante (diferentes lugares e atividades) são núcleos importantes de valor, porque nelas realizaram-se as experiências que podem conferir-lhe reconhecimento. Poder falar de vários lugares, ter desenvolvido diversas atividades profissionais e ter conhecido pessoas diferentes significa um acúmulo de conhecimento e sabedoria. Uma delas é aprender a conviver. (SILVA, 2006 p.78)

Como bem relata a autora o processo migratório chega ser bem conflituoso para algumas famílias pois a mudança de um local para outro é sempre difícil requer enfrentar o desconhecido, mas também aponta esperança para conseguir o que sonham. São trajetórias de vida rica, que ao longo de suas experiências, acumularam conhecimentos, que certamente contribuíram na luta pela Reforma Agrária no sudeste do Pará. Podemos citar o senhor Antônio Pinto, para quem a terra foi a oportunidade de mudar de vida e ajudar outro companheiro. Ele relata:

Eu sou maranhense, viúvo há um bom tempo, tenho três filhos, [...] toda vida eu trabalhei de roça desde quando eu era criança e meu pai era lavrador, e ai fui criado trabalhando, o tempo que possui família, trabalhava de roça todo tempo. Ai um dia tive conhecimento que essa terra não era documentada, fui atrás de informações, juntei outros companheiros e invadimos a terra. [...] meu lote passei pro meu filho. (Entrevista cedida dia 24-07-2019 as 10:00 horas da manhã)

Assim como o senhor Antônio, a dona Bastiana que esteve presente no assentamento desde da ocupação mudou-se do Tocantins para o estado do Pará realizou diferentes trabalhos para se manter até conseguiu seu próprio espaço. Isso é bem claro em seu relato: "Fui quebradeira de coco, lavadeira de roupa, agricultora e atualmente sou professora readaptada. Na época da ocupação tava na Serra do Encontro e não era nada meu lá, queria um lugar pra morar, como se diz por ai, fazer um futuro." (Entrevista cedida dia 17-07-2020 as 4:00 horas da tarde).

A senhora Francisca Alves de Oliveira, 50 anos, maranhense, casada, mãe de 5 filhos, veio para o estado do Pará em setembro de 1979, na vicinal Monte Castelo Transamazônica. Quando conseguiu a terra no PA Alegria foi desenvolver agricultura familiar. "Aqui Trabalhamos com a agricultura familiar no plantio de horticultura e aos sábados vende os produtos na feira de Marabá, e todo o trabalho é desenvolvido juntamente com seu filho e seu esposo." (Entrevista cedida dia 15-05-2020 as 5:00 horas da tarde). Importante destacar o caráter familiar do trabalho envolvendo pai, mãe e filho e

que parte dessa produção segue para o mercado, e um dos membros vai vender na feira da cidade.

A terra continua sendo o alicerce dos trabalhadores/as, pois através dela os moradores, além de desenvolver um trabalho familiar é a possibilidade de ter uma vida tranquila, um refúgio. Como bem cita o senhor Manoel Marins Carvalho, 59 anos, Baiano, casado, pai de 2 filhos. Passou um período de sua vida em São Paulo, onde foi gerente de uma ONG (Organização Não-Governamental) em 06 de setembro de 1988 retorna a Marabá. Porém sempre sonhou em ter uma terra para viver:

Antes de eu vir pra cá bati muita perna sabe, (risos) bater perna é andar de um lugar para o outro, mas eu tava trabalhando numa cidade chamado por região metropolitana de São Paulo. Eu era gerente de uma ONG. ... Eu vir pra cá pra mim descansar, eu tinha uma vida assim muita corrida sabe, gerente de uma instituição muito compromisso, ..., quando eu vir pra cá estava procurando refúgio para me esconder, ... envolvido com muita coisa, ..., antes de vir pra cá, eu trabalhava ... um trabalho burocrático. Nunca tinha trabalhado na roça foi uma coisa nova pra mim, foi uma mudança de cento e oitenta grau sabe, mudança radical de vida. [...] Eu sempre quis ter um pedacinho de terra pra despojar sabe, (risos) [...] (Entrevista cedida dia 21-07-2019 as 10:00 horas da manhã )

As narrativas dos trabalhadores/as expõem o processo migratório das famílias, em sua maioria vida do nordeste do país para a região do sudeste do Pará, essas trajetórias marcam a luta pela Reforma Agrária e as diversas atividades desenvolvida nessa região. As experiências dos moradores de trabalhos e mudança de local são muitas, mas o que predominou entre os entrevistados foi a força de vontade, a coragem e a esperança de proporcionar uma vida melhor para seus familiares e a vontade de possui a terra fez com eles inserisse-se na luta pela Reforma Agrária. São famílias como a senhora Antônia Laurinda de Almeida que passaram por situações difíceis, mas que via na terra novas perspectivas de vida, porque desde de cedo sempre trabalhou em terras alheias.

Nasci na Fazendinha município de Panarama-MA, perto da Feituria. Vivemos lá 7 (sete) anos. A gente sempre viveu do trabalho da roça, um pouco da produção era vendido a outra ajudava no sustento da família. Ai fomos embora pro Pindaré-MA, do Pindaré para o Olho d'Água do Martin no Maranhão perto da Imperatriz. Lá também trabalhamos de roça eu já com 11 anos de idade. 1963 fomos pro Sampaio (Tocantins) vivi e me criei, no Sampaio. [...] Trabalhava na roça, plantava arroz, milho, feijão, mandioca e algodão, e vendia o algodão, e nós ainda quebrava coco, tirava o azeite pra vender e ajudava na renda da família. Eu fazia de tudo, até campinar roça. Quebrava coco de segunda a sexta, e sábado e nós vendia, e vendia o bago do coco também. [...]. Quando Casei eu ainda morava no Sampaio, e lá morei por algum tempo. 1979 vim morar em Brejo do Meio, município de Marabá no Pará. [...] Tive uma vida bem movimentada, tive que trabalhar muito cedo, como não tinha estudo só trabalhava na roça. É, mas agora tamo bem graças a Deus. Pra mim essa terra foi a solução pra muitos problemas nossos, antes a gente não tinha muita coisa, hoje temos. Agora vivemos sussegado, daqui uns anos completo 70 anos e tenho canto pra viver e descansar. Antes da gente ter essa terra aqui, a gente trabalhava em terra alheia. Meu marido roçava juquirá na terra de um conhecido pra ganhar o pão. Ele deu a roça pra nós, sem pagar renda, o feijão nós jogava era na meia, o

arroz agente cortava na terça (nós cortava duas arroba pro homem e uma pra nós) pra ganhar. Panhava 10 (dez) arroba (era 30 quilo, pesava na balança de pau, 1 litro de água pendurado no rabo da balança) pra ele e ia panha 5 pra mim. Quem plantava o arroz era o dono nós só panhava, o serviço da roça era todo do dono, trabalhamos lá 3 (três) anos. Na terra do seu Luiz, trabalhamos 1 (um) ano, lá nós pagava pra plantar o capim, o arroz pra nós e o capim pra ele. No outro ano, ele vendeu a terra e o dono não deu mais, e nós não botemos roça. Agente viveu dias muito difícil. (Entrevista cedida dia 10-05-2019 as 2:00 horas da tarde).

Na narrativa observamos que a mudança dos trabalhadores/as de um local para outro, revela as diversas experiências típicas de famílias de origem camponesa expulsas de diversas formas levando-os a uma longa trajetória até conseguir um lugar com condições melhores de reprodução da vida. Para isso vai se deslocando de cidade em cidade, de um estado para outro, dentro dessa grande fronteira Amazônia e sudeste do Pará. A migração de camponeses/as para a região do sudeste do Pará era visto por eles como uma opção certa, é a certeza de sair de uma vida cheia de precariedade para um futuro melhor. Essas trajetórias de vida mostra a luta e a resistências das famílias ao longo de suas experiências. São narrativas fortes, que revelam momentos muito difíceis, principalmente para as mulheres, presentes em todos os momentos da luta pela terra no sudeste do Pará. Nesse caso, essa mulher fez seis mudanças durante sua vida, de lugar em lugar. Outro ponto importante de destacar no caso da experiência de d. Antônia, são as diversas relações de trabalho que esses/as migrantes se submetem na terra dos outros, por necessidade, e que ainda existem nessa grande fronteira, além do trabalho escravo. A meia, a terça, a porcentagem, a troca, nesse caso, o dono da terra cedia para a família plantar roça só com produtos que permitia fazer consórcio com capim: arroz, milho, depois se colhia a roça e deixava o capim plantado. Prática muito comum nessa região, depois do incentivo a massificação da pecuária na Amazônia, através dos projetos financiados pelo governo militar, a partir dos anos de 1960.

As histórias e trajetórias das famílias do PA Alegria contam também a trajetória da região de Marabá, que sempre recebeu muitos migrantes nos seu percurso histórico desde os áureos tempos dos extrativismos: drogas do sertão, peles de animais selvagens, garimpos de pedras preciosas, castanha, depois a busca incessante de terras de especulação, fazendas de gado, agronegócio, e de agricultura familiar, extrativismo da madeira, agora o minério de ferro (VELHO, 1972; HEBETTE, 2004; EMMI, 1999; MATTOS, 1996; HALL 1980).

O Maranhão é muito presente nessas narrativas, por que também é parte dessa fronteira, aqui encontramos muitos maranhenses: “Eu vim do Maranhão, porque eu morava com minha mãe e avó. Elas adoeceram, ai foi onde que o meu tio Antônio José foi lá, e

trouxe elas, e como elas não queria me deixar, com um mês, elas foram me buscar pra Marabá”. (Natalia, entrevista cedida dia 20-07-2020 as 4:00 horas da tarde). Também outros estados do Brasil aparecem nas trajetórias migrantes camponeses, em que o Maranhão é lugar de passagem até a chegada na região, como afirma o relato a seguir:

Eu sou de União do Piau, nasci lá, e me criei no Zê de Freitas, era um lugarzinho (uma vila). De lá vim pro Maranhão. No Maranhão trabalhei em vários lugares: em fazenda, na agricultura, passava de um a dois anos nu lugar. Depois conheci minha esposa e fui morar em Santa Tereza no município de Chapéu do Coro Maranhão. Lá passamos 6 (seis) anos. Quando a família da minha esposa veio embora por Marabá, não quisemos ficar só, então viemos com ele, trabalhei 3 (três) anos na terra do meu compadre no 35, depois que ele vendeu a terra, fui trabalhar na serraria, carregando caminhão de madeira. Aguntei 3 (três) anos, saí porque fui, imprensou no monte de tora, machucou minhas pernas, aí saí. Aí depois surgiu uma invasão por rumo da vale eu disse: rapaz, vou caça uma terra pra mim. Arrumei o remanxim<sup>1</sup> e chamei! Cheguei, estava tudo estiorado, cheio de vareda<sup>2</sup>. Os caminhões tinha entrado e tinha tirado a madeira tudo. Fiquei na beira do Rio, lá e arrumei 20 alquires de terra, mas, pra 5 pessoas, só no alagado do Sorróró, uma malária! Eu disse: rapaz, vocês fica com essa terra pra vocês, que vou vazar pra trás. Aí ninguém quis ficar lá. Então vamos embora. Passei 6 (seis) dias com o remanxim cheio de coisas (risos). Apareceu um caminhão velho lá, pulei pra cima e vir embora. Já tava com 6 dias em casa, o Antônio José apareceu lá dizendo que tinha ido comprar uma gasolina, e disse que tinha surgido essa invasão aqui, eu nem desmanchei o remanxim. Do jeito que eu soube da notícia, acompanhei e vir pra essa invasão de pé. Vim com ele e outros companheiros que era: Paraiba e finado Zezão. Viemos nós 4, de pé, de Marabá até aqui. Aí nós atravessava lá em baixo e vinha por dentro da mata e se escondia bem aqui debaixo dos pé de manga (risos). Aí já foi cortado logo o lote. Aqui nós fomos os primeiros que chegou. (Deusdete da conceição, entrevista cedida dia 20-07-2020 as 2:00 horas da tarde)

Cada trajetória traz elementos importantes vivenciados até chegar na terra sonhada: sempre presente o trabalho na fazenda e a afirmação da origem da roça. O narrador destaca que a decisão da mudança para determinados lugares está relacionado ao casamento, pelo menos por duas vezes, ou seja a importância da mulher nas tomadas de decisão de permanecer ou de mudar. Outro aspecto fundamental da história da região é a presença dos caminhões carregando, abrindo *varedas* (estradas, caminhos) tirando madeira, “Cheguei, estava tudo *estiorado*, cheio de *vareda*. Os caminhões tinha entrado e tinha tirado a madeira tudo.”, e o trabalho nas serrarias, que eram degradantes, com alta incidência de acidentes de trabalho, muito comuns na década de 1980 e 1990, quando existiam muitas serrarias clandestinas, veja no fragmento: “...fui trabalhar na serraria, carregando caminhão de madeira. Aguntei 3 (três) anos, saí porque fui, imprensou no monte de tora, machucou

<sup>1</sup> É uma espécie de mochila, paneiro ou cesto, feito de cipó, que serve para carregar coisas nas costas.

<sup>2</sup> Explica o agricultor: caminho para chegar mais rápido em um determinado local. Você pega uma ferramenta como o facão ou foice entra no mato sai cortando e fazendo caminho.

minhas pernas, aí saí.”. Depois as várias tentativas de conseguir a terra, e as desistências por causa da malária até chegar na *invasão* do Alegria.

Os agricultores tinham o Rio Itaciúnas como seu aliado para proteger-se das ações dos pistoleiros como bem ressalta José Ribamar Bezerra agricultor, pai de 10 filhos, casado, nascido no Maranhão filhos de agricultores, 67 anos. Morou em Jacundá, Morada Nova, Km 06 e Larajeiras até se territorializar no PA Alegria, seguindo uma vida de deslocamentos constantes.

Quando nós sabia que eles entrava aqui, os grupos se dividia para vigiar nas entradas da terra para eles não entrar, tinha gente que tinha medo. Logo no começo quando da invasão nós dormia do outro lado do rio, para evitar alguma coisa e quando melhorou mais agente já passava a noite desse lado. Nos entrava no escuro e passava o dia e a noite nós voltava. (José Ribamar entrevista cedida em 26 de setembro 2019 às 13:30)

O relato mostra as táticas que os posseiros usavam para se manter vivo no decorrer da ocupação. Algumas histórias e experiências dos trabalhadores se entrelaçam a todo instante. O senhor assim como Nelson Dantas de Oliveira 64 anos aposentado por doença, pai de 5 (cinco) filhos sendo 4 (quatro) mulheres 1 (um) homem, cruzaram a fronteira e realizaram atividade que marca suas histórias. O senhor Nelson antes de chegar ao assentamento morou em outras localidades e exerceu diversas profissões, saiu do estado da Bahia, para tentar a vida no Pará, foi carpinteiro, pedreiro habilidades necessárias a sobrevivência até tornar-se agricultor familiar, ter sua terra e autonomia.

A partir dos relatos, observamos que as experiências dos camponeses da área de estudo são diversas, desde os diversos tipos de trabalho, as relações com outras pessoas, e o enfrentamento pela terra. O que fazem deles sujeitos com uma diversidade de experiências e referências.

As trajetórias desses/as trabalhadores/as, são constituídas de migração e deslocamentos constantes, na tentativa de garantir a sobrevivência. Vimos ainda que fatores como: o trabalho, a terra e outros, impulsionaram essa busca de um local digno para viver. Nessa tentativa foram polivalentes, e diante das dificuldades faziam o que aparecia, realizavam atividades diversas para sustentar suas famílias, e quando acabava um determinado serviço, faziam outro, e assim foram se mantendo e resistindo aos problemas e desafios da vida na fronteira. Os/as moradores/as do assentamento Alegria migraram para muitos locais, mudanças tanto no próprio estado, quanto para outros estados, chegando até o sudeste do Pará onde viram na terra a possibilidade pra um novo recomeço. Não foi fácil, deixar a terra natal, peregrinar pelas estradas do Nordeste ao Norte, e ver que no Pará, “terra pra burro”, não era pra gente pobre, daí foi preciso fazer de castanhas

aforados ou arrendados pelas oligarquias, ou das áreas de fazendas em terras públicas, apropriadas de forma ilegal, em territórios camponeses onde hoje vivem do trabalho na terra, assunto que vamos trabalhar no próximo capítulo.

### Capítulo III: PA ALEGRIA: um pedacinho da fronteira do sudeste do Pará

O Projeto de Assentamento Alegria compõe essa grande região de que falamos: a Amazônia, portanto, parte dessa grande fronteira; o sudeste do Pará, e está situado em território marabaense. Marabá é um dos mais antigos municípios da região, com mais de 100 anos de existência. A área do assentamento outrora fora uma colocação de castanha, um castanhal pertencente à família Miranda, um ponto de coleta de castanha onde minha família trabalhou. Logo o PA Alegria guarda parte importante da história de meu grupo familiar, hoje constituído de 3 (três) gerações: meus pais; nós filhos, onde as mulheres são predominantes, pois a família é composta por 5 (cinco) mulheres e 2 (dois) homens.

Nesta região, a terra foi sem dúvida motivos para uma verdadeira guerra, porque teve muitas mortes nessa disputa por território, guerra essa iniciada ainda nos tempos do extrativismo da borracha e da castanha do Pará, quando muitos trabalhadores dos castanhais, desapareciam no interior das matas, para não receber o saldo da safra da castanha, mesmo já tendo sido roubado na medição dos hectolitros do fruto. Em função disso, muitos trabalhadores, chamado de castanheiro ficava em dívida com o patrão, ou quando tinha saldo, e patrão não queria pagar. Santos (1980), fala da escravidão por dívida por conta do sistema de aviamento herdado do extrativismo da borracha.

A disputa por território perdura até os dias atuais e isso se dá em virtude da grilagem de terras, por grupo distintos que se instalaram na região, incentivados pelo Governo Militar, para fazer empreendimentos em vários setores, o que ocasionou uma enorme violência no campo contra os Trabalhadores Rurais. Sobre isso Costa (2009) diz que:

A causa do aumento e agravamento dos conflitos agrários na Amazônia, que remontam principalmente à década de 1970, com a construção da rodovia transamazônica e o asfaltamento da Belém-Brasília, está ligada ao chamado “milagre brasileiro” do governo Médici e à política agrária sintetizada na consigna de “terras sem homens, para homens sem-terra”. Entre 1960 e 1970, quando já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% das chamadas “terras novas”, concentradas principalmente nessa região, originaram estabelecimentos com menos de 100 hectares e 64,7% estabelecimentos com mais de 100 hectares. Em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de cem hectares, enquanto 99,8% foram para estabelecimentos com mais de cem hectares (75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de mil hectares) (COSTA, 2009, p. 160)

O território em análise nasce desse contexto de lutas e conflitos, e para enfrentar tantos desmandos de governos, oligarquias e latifundiários, os camponeses tiveram que se organizar, procurar apoio. Com o PA Alegria não foi diferente. Na condição de posseiros

organizados dentro da posse, sua base organizativa era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, onde os posseiros e posseiras eram filiados. Dessa maneira o PA Alegria é resultado de uma grande articulação política camponesa no que chamamos Movimentos Sociais do Campo. Inicialmente contou com as organizações representativas da categoria de agricultores/as, e com outras organizações, no apoio a resistência na ocupação, até conseguirem conquistar a terra como direito dos trabalhadores/as, principalmente, porque a usam como meio de trabalho para sustentar a família e não para especulação e geração de lucro através da exploração da força de trabalho dos outros, como fazem as empresas e latifundiários do agronegócio.

As famílias do PA Alegria se juntaram com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá - STTR; Federação dos Trabalhadores/as na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI; e também teve o apoio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, e outras entidades parceiras, uma vez que a Reforma Agrária se dá em decorrência da luta dos camponeses/as e dos movimentos sociais do campo, no enfrentamento a estrutura agrária centralizadora da terra e de outros bens comuns como água e outros recursos naturais.

Os sindicatos foram agentes orgânicos de transformação da região e defesa dos direitos dos trabalhadores/as rurais. Criaram estratégias e contribuíram na conquista das terras para muitos pais de famílias. Porém antes dos sindicatos tornarem-se entidades de apoio da luta camponesa, estes defendiam os interesses da classe patronal e os órgãos do governo, ficando conhecidos como “sindicato pelego”. Borges (2007).

Sindicalismo “amarelo” ou peleguismo é um fenômeno antigo do sindicalismo Brasileiro refletindo a forte influência de patrões e do estado no movimento operário. Constituído por uma enorme massa de dirigentes burocratizados, para os quais os sindicatos tem apenas um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o capital e o trabalho. Esses é os aspectos políticos e social mais profundo da questão: o “pelego” é o agente dos patrões e do estado no movimento sindical. (BORGES, 2007, p.64)

Os sindicatos passaram por um longo período representando as necessidades apenas da classe patronal e assim sua representatividade gera desconfiança para os trabalhadores/as rurais. De tal modo que os posseiros recorrem inicialmente as associações para representa-lo. Hébette (2004) colabora dizendo que:

Os posseiros tiveram que formar, inicialmente, associações independentes, que se tornaram o lugar de encontro, de discussão de seus problemas e funcionaram como embrião da resistência coletiva. Surgiram com o nome de Associação de Moradores, Associação de Defesa dos Trabalhadores Rurais... Nesta época, nasceram, quase que obrigatoriamente, à sombra de movimentos religiosos, da organização pastoral, a partir da comunidade de base [...] as associações representaram o momento nobre das lutas camponesas no sudeste do Pará. (HÉBETTE, 2004, p.193)

Com base no autor os posseiros vinham se organizando por meio de associações a fim de se mobilizar e lutar pelo mesmo propósito: a terra. Ao longo da história, os posseiros vinham conquistando mais parceiros como o sindicato que em sua maioria deixa de ser pelego para lutar pelas causas dos trabalhadores/as. Segundo Hébette, (2004)

Ganhar o sindicato se dá com a perspectiva de utilizá-lo como instrumento de mobilização. Ocorre como gesto de contestação dentro de uma disputa política com o Estado, e contra outras categorias sociais que não lhe dava crédito como instituição. O sindicato é ganho nos dois sentidos: primeiro sua máquina burocrática, por pessoas que não necessariamente posseiros, mas que são suas aliadas na luta pela terra. E seguida, o sindicato é ganho no sentido de promover formas de enfrentamento arrojadas, como a ocupação dos órgãos públicos e estradas, numa associação de que a presença leva à consumação de ganhos políticos. A ocupação (da terra, de órgãos públicos, de estradas) é uma forma “posseira” de pressão. Tem a marca desta categoria e a força da presença que o Estado tenta negar pelo descaso e omissão. Não há porém, como negar um acampamento dentro de instalações assépticas como as do INCRA. Não há como negar um engarrafamento numa estrada federal. Desta forma, e neste sentido, ao invés do Sindicato ser influenciador da ação dos seus comandados, ele é ganho, é seduzido pelo jeito “posseiro” de enfrentar o mundo. (HÉBETTE, 2004, p. 109).

Para ter a posse da terra foi preciso ser estratégicos, montar acampamento, ir pra cima dos latifundiários e do próprio governo e o sindicato é e foi um elemento de mobilização na ocupação de diversos pontos, que exigiu do governo a negociação e a liberação de assentamento. As mobilizações e as pressões massivas são o carro chefe para pressionar e conquistar a terra nessa região do sudeste do Pará. Os acampamentos foram e continuam sendo uma grande marca dos posseiros na luta e resistência e pela REFORMA AGRARIA no sudeste do Pará.

Diante disso a criação massiva de sindicato representa um novo significado para a luta. Para Guerra (2009), a criação massiva de Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Pará, substituindo os Sindicatos Rurais, nominação vaga e usual das entidades patronais, permite levantar a hipótese de uma nova estratégia de recrutamento e de fortalecimento do quadro social. (GUERRA, 2009, p.128)

No estado do Pará o sindicalismo nasce do confronto entre posseiros e latifundiários. Essa é uma região de conflitos onde a terra se concentra nas mãos de fazendeiros, e por causa dessas desigualdades os movimentos se juntam para que a terra seja um bem de todos. Afirma Hébette (2004):

[...] sindicalismo rural do sudeste do Pará não esquecer, nesta dinâmica nova, as suas origens, lembrando-se que nasceu da luta pela terra, da contestação do latifundiário, da defesa da terra para todos. O sindicato não pode se tornar apenas a organização dos donos da terra, mesmo que fossem apenas miniproprietários: são inúmeros, ainda na região, os sem-terra. Os ocupantes de terras devolutas, os posseiros de ontem nem entenderam ou não lembram que a colonização amazônica empreendida pelos governos militares tinha por objetivo desarmar o

protesto, alienar as tensões sociais supostamente provocada pela “escassez de terra” para os “excedentes populacionais”, enfraquecer as lutas de todos graças à acomodação de uma minoria.[...] (HÉBETTE, 2004, p. 196)

Os sindicatos que representavam os latifundiários e os órgãos do estado tinham o objetivo impedir a luta pela Reforma Agrária. Na região sudeste do Pará a Reforma Agrária se deu de forma intensa e conflituosa envolveu os movimentos sociais do campo e assim formaram-se muitos assentamentos. Em Marabá o sindicato dos trabalhadores/as é fundado na década de 80. Segundo Guerra (2009), o Sindicato de Marabá, nasce de um processo de luta, com mortes de posseiros, sindicalistas, advogado, repressão a religiosos e ativistas políticos. (GUERRA, 2009, p.120). A criação dos movimentos sociais tem contribuído numa construção incansável desse território. O STTR se constitui no enfrentamento às oligarquias locais, e na força da incidência política posseira, deixando de ser pelego, sendo assim convocado pela massa de posseiros a assumir o papel de defender os direitos dos trabalhadores/as rurais.

### **3.1 - “Nossa Aldeia, nós se encontrava era ali, todos os dias”: a formação do PA Alegria.**

Como experiência de luta, de história de vida, de resistência na terra, evidencio aqui a minha própria experiência junto com minha família. Migrante, que como centenas de outras, enfrentou diversos desafios, e no nosso caso, enfrentados de forma coletiva, uma vez que todos nós: pai, mãe, filhos e filhas participamos ativamente de todas as fases da caminhada que levou à conquista de um lugar para morar e trabalhar: o nosso lote. Antes da vitória (conquista da terra) passaram-se várias etapas. Primeiro, a migração do Nordeste para a Amazônia, onde moramos no Estado do Goiás (atual Tocantins). Em 1979 mudamos para o Estado do Pará. Nessa mudança de Estado, meu pai teve que fazer inúmeras atividades seja sozinho ou junto a família para sobreviver. Destaco: entre 1979 à 1981 ele trabalhou no corte da castanha e no garimpo em São Geraldo chamado chiqueirão, no Pará. Depois, quando mudou para Brejo do Meio, desenvolveu a agricultura familiar juntamente com toda a família, no qual precisou arrendar terra para plantar. Arrendar significava trabalhar na terra de terceiros e pagar com a renda obtida, com o produto plantado e ainda formando pastagem pro dono da terra. Atualmente é aposentado e continua a trabalhar na agricultura familiar. Como podemos observar na fala de seu Doralino:

Nessa vida passei por muitos lugar em busca de uma vida melhor, fiz muita coisa pra viver, fui garimpeiro, agricultor, trabalhei no corte da castanha, tudo que dava pra fazer eu fazia, não enfeitava nada, porque tinha muitos filhos e a na vida a gente tinha que fazer sacrifício, não era? Quando eu cheguei em Brejo do Meio, trabalhei na agricultura, depois fui por garimpo de Serra Pelada, quando

vim de novo por Brejo, comecei arrendar terra de um senhor, ele tinha uma terra próxima a Brejo do Meio, a gente fazia roça, eu, Antônia (esposa) e os meninos mais velhos. Plantava arroz, feijão e milho. Logo passamos a trabalhar no PA como arrendatário, para ajudar na renda eu continuei a cortar castanha, eu levava as meninas para me ajudar, enquanto uma juntava os ouriços eu cortava, a outra juntava os bagos, quando terminava eu dividia, um pouco para cada, elas botava na costas e trazia até Brejo do Meio. Agente andava 12 km. As vezes agente cortava 3 (três) latas, 4 (quarto) latas e até mais. Eu vendia ou trocava em produtos. Toda castanha vendida era para as despensas de casa. Eu vendia pro comerciante em Brejo do Meio, a lata de castanha parece que era 4 (quatro) conto, então com 8 (oito) conto, dava pra comprar muita coisa, até mesmo roupa. Eu trabalhava direto na roça, isso ai era só as horas vagas que eu tirava para fazer o rancho, que era para eu poder trabalhar na roça. Os meninos que podia ir a gente levava para ajudar, pois a vida foi essa, mas vencemos e criamos tudim, com a barriga cheia, mexendo com roça, mas com a barriga cheia. Nunca foi obrigado ninguém me dá de comer, ai parei aqui no PA. (entrevista cedida em 08-07-2019 as 5:00 horas da tarde)

A experiência da formação do PA Alegria permite fazer uma reflexão acerca da situação, da história da territorialização do campesinato em muitos locais do Brasil, e particularmente no sudeste do Pará. Muitos trabalhadores rurais se envolveram na luta pela terra por que via nela a possibilidade de conseguir lugar para morar e trabalhar, a esperança de mudar de vida, uma vez que muitos já estavam cansados de trabalhar e viver perambulando em vários locais, mudando com sua família, numa verdadeira peregrinação. Como foi o caso do senhor Doralino:

A necessidade me fez lutar por um pedaço de chão, porque a gente vivia em Brejo do Meio de arrendar terra, botado roça 1995 queria dá uma vida melhor pra meus filhos, ai quando surgiu a invasão eu me revoltei e passei por lado dos, sem-terra, eu e minha família trabalhava nessa terra arrendando. Lutamos e ganhamos a terra, e hoje vivemos e trabalhamos nela, foi uma vitória. (entrevista cedida dia 08-07-2019 as 5:00 horas da tarde).

Em virtude do cenário de desigualdade que assola o País, onde não há distribuição de terra para quem vive de plantar e colher, particularmente no sudeste do Pará, ou ainda quando há, privilegia empresas e grandes fazendeiros, sendo portanto, desigual, ficando os pobres cada vez mais excluídos nesse processo. Os camponeses viam na terra alternativas de vida e trabalho. A saída foi a luta sindical. A partir da organização e mobilização sindical os camponeses ganham força e começam a redesenhar um período importante na luta pela terra no sudeste do Pará, e nesse contexto muitos assentamentos se formaram, sempre no embate, depois de ter a posse da terra. Almeida (2012), salienta que ocorre uma territorialização no sul e sudeste paraense e que a mesma, tem nas décadas de 1980 e 1990 o marco e que se desenvolve através da renovação dos atores políticos, como a criação de uma regional da Fetagri e a constituição do Movimento Sem Terra - MST, entre outros movimentos. A região concentra o maior número de PA's no Brasil que contabiliza mais de 500 projetos de assentamento.

Sabemos que as organizações são atores importante tanto na mobilização, quanto na resistência para que os camponeses tivessem força política para pressionar os governantes e atendessem as reivindicações pautadas pelo movimento camponês na conquista da terra. Um país de origem colonial, de feudos, das capitânicas hereditárias, de sistema escravocrata, não é fácil para a classe trabalhadora conseguir algo. Sempre foi através de muitas lutas, resistências e pressões, a exemplo dos quilombos na resistência negra, a resistência indígena nos territórios ancestrais, revela que só assim é possível conseguir, numa sociedade marcada pela desigualdade social, onde pobres e diferentes grupos étnicos sofrem desprezo da parte dos governantes. Sobre isso Hébette (2004) diz que “os camponeses são refúgio da sociedade capitalista. Para serem ouvidos, precisam se organizar em formas suscetíveis de criar pressões, como está acontecendo”. (HÉBETTE, 2004, p.152)

E na formação do PA Alegria não foi diferente, a luta foi intensa, trabalhadores/ as enfrentaram as elites agrárias, as oligarquias da castanha para ter a desapropriação da terra. A organização planejada foi fundamental como estratégia de luta. As trincheiras dentro dos acampamentos, as manifestações públicas, o apoio de advogados populares constituíram essa resistência. Como cita Hébette (2004) “As lutas pela terra e em defesa da terra forçaram os camponeses a se organizarem para juntar forças, refletir em cima das experiências, pensar estratégias”. (HÉBETTE, 2004, p. 196).

Unidos pela necessidade de uma vida melhor no campo e pelo anseio da posse da terra, os camponeses reuniram-se e protagonizaram sua própria história na formação do Assentamento Alegria. Mas antes da conquista da terra, o PA Alegria passou por 3 (três) tentativas de ocupações. O primeiro “dono” da fazenda era o proprietário Tacho Ariado, em seguida Hugo Rosa, depois o Gaúcho, e conseqüentemente Antônio Zucatelle. (ALMEIDA, 2011). Num breve espaço de tempo quantos pretensos donos apareceram no caminho, todos contando com a estrutura de um judiciário comprometido com governos elitistas e donos do capital.

Na primeira tentativa de ocupação foi nos anos de 1980. Na época o dono era o Sr. Tacho Ariado. Nesta primeira ocupação os posseiros contaram com o apoio do Padre Gabriel e Holando Sólido, e o ponto de encontro era as margens do Rio Itacaiúnas, onde se reuniam para planejar as estratégias, mas essa tentativa acabou não dando certo, por causa da enchente. Como afirma seu Antônio Pinto:

Nessa primeira, foi lá no pinga<sup>3</sup>, lá embaixo, era só na beira do rio, ninguém entrava dentro do mato, tudo era na beira do rio, o padre fez algumas reuniões, umas 3 três, mas não vigorou, não vigorou por causa da enchente, o rio tomou tudo sabe, ficou só esses lugares mais alto, mas esses lugar baixo, a água, tudo, tomou de conta. O pessoal, quem tirou foi a enchente, a água mesmo. (Entrevista cedida em 24-07-2019, as 10:00 horas da manhã)

Podemos observar na fala do Sr. Antônio que os Trabalhadores Rurais já vinham se organizando e montando estratégias de ocupação há muito tempo, e contava com apoio de outros moradores na proximidade daqueles locais que requeriam, tanto para se proteger como para reunir e planejar com segurança. É o caso do Sr. Pinga que permitia que os posseiros se reunissem na sua morada na beira do Rio Itacaiúnas. Dada a situação de precariedade social, ameaças, perseguições, que se instala na vida das famílias que lutam pela terra, esses trabalhadores/ as contaram com o apoio e assessoria da Igreja Católica como cita Carvalho e Zarpellon (2018), [...] O movimento foi apoiado e assessorado pela Igreja Católica, através das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e do MEB (Movimento de Educação de Base) [...]. Uma tentativa sem sucesso, pois na época a natureza não foi favorável, aos agricultores em luta que acabaram sendo expulsos e saindo da área. Como é sabido a Igreja foi fundamental para essas lutas, particularmente aqueles religiosos que se alinhavam a Teologia da Libertação, tendência que apoiou as lutas sociais, especialmente no campo.

Na segunda e terceira tentativa de ocupação, tiveram muitos ataques e os agricultores acabaram sendo expulsos por policiais a mando do então fazendeiro, na época o “dono” era Antônio Zucattelle, empresário muito conhecido em Marabá. A concentração dos trabalhadores se dava as margens do Rio Itacaiúnas, eles tinham o rio como aliado, e quando avistavam o perigo ou sentiam-se ameaçados os agricultores logo atravessavam o rio, ou escondiam-se na mata. Como conta seu Antônio Pinto:

[...] Ai passaram uns dias, lá invadiram no Pinga ai o Zucattelle botou a polícia. Muitos deles caíram na água e no mato pra se esconder (risos), aí passou, passou. Tornaram invadir, invadiram bem aqui, junto da coisa de novo entrou um bucado de gente, ai começaram a entrar, essas duas tentativas na época do Zucattelli, começaram entrar de novo, entraram, entraram, ele botou a polícia de novo, tornou tirar tudim de novo, botou tudim pra ir embora. [...] (Entrevista cedida em 24-07-2019, as 10:00 horas da manhã)

Apesar das ameaças por parte do fazendeiro, os posseiros não desistiram da luta, se reorganizaram novamente e voltaram pra dentro da área. Na quarta e última ocupação, já em 1996, o seu senhor Antônio Pinto da Silva, conhecido por Toinho que morava do outro

---

<sup>3</sup> Era o apelido de pessoa que morava do outro lado do rio, cuja morada servia de ponto de encontro dos posseiros. Lá era o local de referência para a luta desses trabalhadores. Ali se encontravam para traçar suas estratégias de luta pela terra.

lado do rio, através de uma conversa com o capataz da fazenda o senhor Alcides, descobriu que a terra não era documentada, tendo apenas escritura, documento através do qual se daria ao fazendeiro o direito de trabalhar apenas no extrativismo da castanha. Documento este datado do ano de 1920. Como conta o Sr. Marins:

A fazenda Alegria era Castanhal do Hugo Rosa, o primeiro dono era Tachariado. Tachariado e o Hugo Rosa. Depois o Sr. Gaúcho, depois Zucatelli, então, olha quantos donos teve essa fazenda! O Zucatelli, então tinha o capataz chamado Alcides, [...] o Alcides sabia que essa terra não tinha documento, um documento de 1920 dando direito ao proprietário aqui do extrativismo da castanha. [...] e o Alcides sempre falava que gostaria de ter um pedaço de terra pra ele, (Toinho). Do outro lado tinha seu Toinho que o nome dele é Antônio Pinto da Silva, chama de seu Toinho. Seu Toinho era compadre e muito amigo do Alcides. Aí seu Toinho disse que falou pra ele: você topa, nós toma essa terra. Aí eles montaram uma estratégia: Seu Toinho, primeiro veio verificar no INCRA, aí ele foi no cartório, pra poder pegar, sabe, informações e se algumas coisa no cartório de nota. Aí, lá no cartório de nota, ele conseguiu uma cópia desse documento de 1920, dando direito a extração de castanha. Aí, foi no INCRA, disse que tinha um presidente chamado de Justo né, conversou lá, o Justo realmente confirmou que esse documento que a terra tinha. Aí ele procurou o Batista na CPT e procurou o Sindicato, depois dessa toda estratégia, ele reuniu pessoal dele e os amigos dele principalmente, os parentes. Foi onde ele destruiu essa frente aqui. Colocou o Adão, depois o Afonso, Osmar, Azin, aqui o povo dele primeiro, botou aqui na frente, que seria a parte principal, que era a beira do Rio. Dali pra lá ele colocou o seu Alcides que foi reservando 50 alqueires pra ele e os filhos do Alcides. Ai ele trouxe esse povo, chamou depois, começou um pessoal da liberdade, independência, por ali, se alojaram tudo na casa dele, daí começou essa ocupação e com o apoio do Sindicato e da CPT, foi se organizando. [...] Depois de ocupado foi se consolidando a ocupação, surgiu a liderança do Agripino, e veio uma turma do Brejo do Meio. (Entrevista cedida em 21-07-2019 as 10 horas da manhã)

A narrativa conta com detalhes o processo de conquista do PA Alegria, que tem o mesmo nome da Fazenda. Esta última, foi apropriada de forma ilegal por sucessivos pretensos dono, iniciada ainda no início da formação das oligarquias da castanha, em 1920, conforme Emmi, (1999). Vemos aí o uso da terra de forma especulativa, sem fim social, onde somente uma família que conta com a conivência do estado dando direito de uso, que depois vai passando de um para outro sem nenhum controle, como confirma a narrativa, citando todos os nomes envolvidos em negociatas com a mesma terra. O posseiros/as quando percebem essa fragilidade vão atrás da informação correta, se munindo para assim requererem a terra por direito, por que percebem que esta não tem dono. De posse dessa informação o senhor Antônio procurou o INCRA SR-27 (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) de Marabá e conseguiu o mapa da fazenda, foi até ao cartório e constatou que não havia quaisquer outras documentações referentes a fazenda. Como afirma o senhor Nadilson:

Nesse tempo essa terra era pra ser castanhal, pra tirar castanha, não derrubar as árvores da castanha. Foi que ele já fez ao contrário, derrubou as árvores da castanha do castanhal tudo, tirado madeira. Aí foi quando o Toinho foi lá e viu

que não tinha documento a terra, aí foi onde organizou o movimento. Aqui era pra ele tirar a castanha, não derrubar as árvores, mas, ele derrubou as árvores tudo pra fazer pastaria. Foi, ele perdeu a terra por casa disso aí, que ele era um posseiro também igualmente nós fomos. A mata era pra ele colher a castanha, aí foi aonde ele desbravou tudo e acabou com o castanhal. (Entrevista cedida em 20-09-2019, as 3:00 horas da tarde)

As observações contidas no relato revela processos importantes que ocorreram em toda a Amazônia. A apropriação ilegal das terras, o desmatamento da floresta para fazer pastagem e ao mesmo tempo para exploração de madeira. A Amazônia sofre uma mudança radical de uma dinâmica de extrativismo de castanha, pedras preciosas, ouro para exploração de madeira e implantação da monocultura do pasto para criação de gado, processos impostos pelo capital. A maior parte das terras de castanhal ocupadas por fazendeiro na região do sudeste Paraense foram desmatadas e transformadas em pastos, para a criação de bovinos. Assim muitos fazendeiros apropriaram-se das terras do estado para seu próprio lucro. E nessa desproporção os camponeses lutam pelo direito a Reforma Agrária. Desse modo surgem muitos Antônio, Marias, que percebendo tamanha desigualdade investiga, e de posse das informações buscam apoio para lutar por um pedaço de terra para viver. Seu Antônio, era um vizinho da área, na época, tendo apenas o rio que faz a divisa entre sua terra e a fazenda Alegria. O acesso à informação se deu por meio de conversa com seu Alcides, amigo e encarregado da fazenda. Este tinha conhecimento de que a terra não possuía documentação, daí Seu Antonio decidiu averiguar, e assim dirigiu-se a CPT, e ao STTR e depois da documentação ter passado por análise dos advogados da CPT, se reuniu-se com 4 (quatro) pessoas e se organizaram, afim de convidar mais gente para ocupar a terra, Como relata seu Antônio:

Muitos posseiros invadia aqui, entrava e saiam, e o véi que morava aqui: seu Alcides; o encarregado, ele era muito meu amigo, demais [...]. Mais eu tinha minha terra do outro lado rio, aí, eu procurei assim pra ele, seu Alcides: não rapaz, não tem um Antônio que entra nessa terra? Pra ganhar essa terra é fácil de ganhar, mas não tem um que entra, tudo tem medo, e essa terra não tem documento Toinho. Aí eu procurei assim pra ele: seu Alcides, você é a fim de acontecer essa invasão? Ele disse que era, por que ele tinha a família dele, que ele não tinha nada, só tinha a vida, meus filhos, e tô na hora de morrer. Nem um pedaço de terra e nem uma casa pra dá pra eles. Ai eu disse assim você trabalha aqui e não ganha nada? Não Toinho, eu não sou assalariado, aqui não. Algum dia, ele traz um feijãozinho pra mim, uma ossadinha assim. Ele não me dá nada não. Eu vivo por minha conta, (ele já veio né?) aí eu fiquei assim. Aí eu disse: seu Alcides eu vou lá na rua, você, e vou saber dessa história, quer dizer que você afirma essa invasão? Eu sou a fim, eu tô pra morrer, mas queria deixar menos um pedaço de terra pra meus filhos. Ai eu fui lá na rua, aí eu fui lá no cartório do primeiro officio, eu conversei com a Maria conhecida minha a muito tempo, aí ela disse: sim Toinho, qual a finalidade que tu quer dessa terra, aí quando ela jogou assim eu pensei essa mulher jogou pesado, a finalidade dessa terra é que ela tem uma placa de venda lá no Brejo do Meio, e eu tenho dois

primos que mora em São Paulo e tão doído pra comprar uma terra, e eu só quero uma terra de três mil hectares pra frente. Aí eu quero pegar a xerox desse documento que é pra mim enviar pra eles. Ela disse eu te dou a xerox mas você vai pagar 20 reais, naquela época (risos), pra mim te dá a xerox. Aí eu disse: não, eu te pago, aí ela disse: mas não vou te dá agora só de tarde. Eu imaginei nos meus filhos, nesse tempo não tinha mulher pra cuidar deles. Aí deixei meu cunhado lá, o Afonso, Afonso conhecia ela muito tempo. Tinha a terra ali, que nós era vizinho do Antônio Santis<sup>4</sup>. Aí disse: você vai pegar que já tá pago lá. Ela disse que vai dá só três horas a xerox, vai dá o papel. Quando pegar, aí eu vim aqui com ele, com o véi Alcides. Aí falei pra ele, eu digo: seu Alcides peguei a documentação da terra agora, só que é assim, você sabe, não é brincadeira entrar numa terra. Logo esse véi tem dinheiro, a gente sabe que ele tem dinheiro né, qualquer coisa pode mandar matar um, fazer o que quiser com a pessoa. Aí eu disse: eu quero que você seja meu amigo, não banque covardia comigo, nós vamos entrar na terra, mas é pra ganhar a terra. Aí ele disse que era pra ganhar, aí eu disse tudo que o véi passar, você vai passar pra mim, você vai me contar tudo o que tá acontecendo, pra mim saber resolver. Aí foi assim que nós combinemos, entramos, graças a Deus, nós ganhamos. (Entrevista cedida dia 24-07-2019, as 10 horas da manhã)

Notamos, por todos os relatos que já registramos aqui que a vida nessa fronteira nunca foi fácil para quem de fato trabalha na terra, e revelam as contraditórias relações de violência, ameaça, trabalho escravo, e de perigo: “Aí falei pra ele: [...] você sabe, não é brincadeira entrar numa terra. Logo esse véi tem dinheiro, a gente sabe que ele tem dinheiro né, qualquer coisa pode mandar matar um, fazer o que quiser com a pessoa.”. Naquele castanhal o trabalhador responsável por tomar de conta da terra, chamado ora de capataz, ora de encarregado, um cidadão que tinha família, trabalhava e cumpria sua responsabilidade, conforme acertado com o dito patrão. No entanto veja no diálogo, o que acontece com os ditos “cidadãos de bem”, os “donos” da terra: “Aí eu disse assim: você trabalha aqui e não ganha nada? Não Toinho, eu não sou assalariado, aqui não. Algum dia, ele traz um feijãozinho pra mim, uma ossadinha<sup>5</sup> assim. Ele não me dá nada não. Eu vivo por minha conta, (ele já veio né?) aí eu fiquei assim.” Com os dados em mãos sobre a Fazenda Alegria, e conhecendo as injustiças praticadas contra aquele trabalhador, o senhor Antônio juntamente com mais 4 (quatro) companheiros, procuraram mais pessoas para ocupar a fazenda. Perante isso, começaram informar demais pessoas de Brejo do Meio uma localidade próxima a terra, em Marabá. Antes deram prioridade para quem já trabalhava na área como os arrendatários, com isso conseguiram reunir 45 (quarenta e cinco) pessoas. Antes de adentrar na terra, reuniram-se na casa do seu Antônio, que ficava do outro lado Rio Itacaiúnas, para planejarem a ação, e às 4:00hs (quarto) da madrugada atravessaram o rio, entraram na fazenda e cortaram os lotes. Vejamos na fala do seu Antônio:

<sup>4</sup> Era dono de cartório de emissão de documento de terras em Marabá, que foi assassinado. A família Santis, se estabeleceu em Marabá, migrantes do Maranhão, se tornaram proprietários dos cartórios da cidade.

<sup>5</sup> Diminutivo de ossada. Parte do boi classificada como ossada. Normalmente os açougueiros separam, cortam os ossos e salgam para vender.

Bem primeiro que nós se juntamos foi com Osmar, Curica, outro que entrou com nós aqui foi o Zé Ferra, chamava Zé Ferra, esse entrou, mas logo saiu. Nós entramos em 4 primeiro, agora esses 4, nós fomos assim, ai eu disse: agora vocês vão avisar o pessoal do Brejo do Meio, tem muita pessoa que tem roça aqui dentro, ai quando vim esse do Brejo do Meio, ai nós vamos pegar o de lá do Marabá, pra juntar e entrar tudo de uma vez, quando nós entramos dentro da terra entramos com 45 pessoas, que nós invadimos com 45. Esses, nós começamos cortar os lotes, quando nós começamos, aí vieram tudo aí pra casa (que é do outro lado do rio) ai daí quando foi 4 horas da madrugada, nós começamos a atravessar e entrar, aí todo mundo foi cortar seu lote, já sabia onde era seus lotes, nós saímos 4 horas da madrugada, nós começamos a entrar, juntamos tudim os 45, agora só que eu não sei mas o nome de tudim. (Entrevista cedida dia 24-07-2019 as 10 horas da manhã)

Conforme narrativa esses trabalhadores planejam muito bem, se organizam na luta pela terra, conheceram as fragilidades legais da terra, se aproximaram do trabalhador conhecendo as injustiças cometidas contra ele, atraem ele para o lado da luta pelas suas próprias condições vulneráveis e suas insatisfações, sabem quem vive trabalhando na terra de aluguel, em condições de exploração, enfim e a partir daí decidem quem participa da luta organizada pela desapropriação da terra. Há uma racionalidade própria desses agricultores e agricultoras. Na época as informações sobre a ocupação da Fazenda Alegria como era conhecida dava-se de “boca em boca” assim muitos trabalhadores que não se conheciam, mas tinha algo em comum; a terra que já trabalhavam dentro da área em forma de arrendamento, juntaram-se aos demais posseiros, o grupo de pessoas foi aumentando e se fortalecendo cada vez mais.

Deste modo pessoas que nem se conhecia acabaram criando vínculo com diversas pessoas vindas de outros locais, algo fundamental na luta pela REFORMA AGRARIA. Sobre isso Hebéte, (2004) , cita que:

Unidos pela necessidade de sobrevivência, a luta pela posse da terra e pela permanência no lote, a resistência à violência, constituíram para muito cimento de coesão. Muitos que não se visitavam e que se conheciam apenas como “Baiano”, “Mineiro”, ou Ceará”, entrosaram-se pela necessidade de sobrevivência (HEBETTE, 2004, p. 193)

A luta pela posse da terra costuma reunir pessoas de diversas regiões do Brasil. No caso do assentamento, a ocupação trouxe famílias que saíram de suas cidades de origem à procura da terra para viver e conseqüentemente criaram vínculos de amizade lutaram resistiram e se fortaleceram enquanto grupo. Quando a notícia da ocupação do PA Alegria começou a circular o grupo de posseiros, além de aumentar foi criando força e usando de muitas estratégias para seguir na batalha. Vejamos a narrativas:

“A ocupação começou assim, o primeiro grupo começou pequeno, ai nós fomos conquistando mais gente, chega mais gente, do meio por fim tinha umas 60 pessoas, ai foi aumentando, com poucos tempos nós tava contado de 70 a 80 pessoas no nosso grupo. Ai fizemos um barracão, fizemos o aterro, tapemos todo

de tora de coqueiro ao redor, passamos pra dentro era nossa aldeia, nós se encontrava era ali todos os dias, nós passamos o dia no mato, a noite se encontrava ali “barraco”, todo caboco. Então foi uma coisa terrível, planejamos as coisas como era que ia fazer, era o lugar de nós sentar, e ali nós planejava as nossas ideias do jeito que deu certo”. (Sr. Doralino, entrevista cedida em 08-07-2019 as 5:00 horas da tarde)

Continuando ele nosso interlocutor lembra do ataque feito pelo fazendeiro aquelas pessoas que lutavam por um pedaço de terra. Lembra da fome, e do dia em que atearam fogo em tudo, derramaram o pouco rancho e do trator para derrubar o barraco, e diz:

[...] Aí um dia surgiu uma reunião no Brejo do Meio [...] o pessoal do INCRA disse que nós só ganhava a terra se nós arrumasse 40 pessoas, aí nós tava no grupo de 12 pessoas já, tava ruim pra nós, aí fumo chamado gente, bem ali fizemos uma reunião no meio da roça só ali juntamos 27 nós daqui que já vinha do Marabá. [...] Nessa hora na reunião completamos 46 pessoas de Marabá e do Brejo do Meio, aí o INCRA apoiou, aí foi só aumentado o volume de gente. [...] Nós passamos 15 a 20 dias dormindo do outro lado do Rio no seu Toinho, nós passava o dia dentro da mata quando dava 6 horas atravessamos pro outro e dormia pra lá todo dia, nós comia açúcar com água, farinha, quando a chuva molhava tudo tinha que comer os pão de açúcar, (risos), do outro lado nós jantava. Quando nós chegamos dessa reunião o pessoal do velho tinha entrado, tinha bagunçado tudo e tinha tocado fogo nas casas, o trator estava lá na beira do Rio e fiquei pensando como fazia pra vir aonde os meninos avisar, [...] já estava todo mundo aqui, e caçando um jeito de entrar, estava tudo esquivado até na beira do Rio, aí nós viemos por aqui de pé todo tempo[...] Pra conversar com os meninos eles vinha por aqui abeirando à cerca do Tibiriçá pra se encontrar pra nós conversar lá no pinga, pra a reunião nós ía e o povo do Brejo vinha pra nós montar uma estratégia, nós conversava lá fora pra poder fazer o esquema com todos. (Entrevista cedida em 12 de junho 2019)

Com toda a perseguição, os posseiros estavam determinados, resistiram as dificuldades que apareceram pela frente, foram perseverantes, criaram meio para se proteger e seguir na luta pela terra. Dessa forma conseguiram se organizar melhor por meio de associação onde seriam representados legalmente em diversos setores da sociedade.

Posteriormente a ocupação o senhor Antônio, deixou a liderança da organização, pois segundo ele o Senhor Agripino demonstrou interesse em assumir o papel de liderança dos trabalhadores durante a ocupação, diante disso ele entregou a documentação que estava em seu poder para o então Agripino.

Tendo a necessidade de uma melhor organização para lutar em prol das benfeitorias para a comunidade os trabalhadores se reuniram aos 07 de dezembro de 1997 às nove horas da manhã no barracão comunitário, na atual Vila Vitória, que era conhecida por Itacaínuas II. Tal reunião para a fundação e eleição da primeira diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais, contou com a presença de algumas lideranças do Sindicato e da CPT como o Sr. João Batista Delmod, advogado, conforme registra a Ata da Associação lavrada em 07 de Dezembro de 1997. Antes mesmo da posse do presidente eleito o INCRA já tinha

dado autorização para o corte dos lotes. Neste dia foi eleito o presidente da Associação o senhor Agripino Soares da Silva e sua mesa diretora, onde foi regido em Estatuto social um mandato por 2 (dois) anos consecutivos. O mesmo ficou no cargo por um período de um ano, em 1999. E em 31 de dezembro de 1999 o Projeto de Assentamento foi criado.

Vale ressaltar que nesse processo, o presidente da associação Agripino Soares da Silva foi assassinado. Tudo ocorreu em uma tarde de domingo, quando ele estava acampado no INCRA, um dos maiores acampamentos realizado na cidade de Marabá, numa ação conjunta dos movimentos sociais, que juntou mais de 10 mil trabalhadores/as rurais e outros agricultores. Agripino fora atraído por uma pessoa que dizia amigo, tendo desaparecido e encontrado dias depois, morto em um terreno baldio na cidade de Marabá. Isso aconteceu em frente ao INCRA SR-27.

A formação da associação foi crucial para a conquista da terra, era um ponto de encontro para apontar e decidir demandas dos acampados. Hébette (1985) diz que a associação funciona como embrião da resistência coletiva. Com a Associação os trabalhadores foram ganhando força, conquistando cada vez mais seu espaço, e ainda traçando suas estratégias, seja para solucionar os problemas ou buscar ferramentas para adquirir seu território. Estar organizado é indispensável para os camponeses avançarem e fazer reforma agrária no sudeste do Pará. É através da organização que os moradores do PA Alegria se formaram e enfrentaram todos os obstáculos que apareceram no decorrer de sua construção.

Vale destacar que antes do acesso ao assentamento o fazendeiro Zucatelle possuía uma área de 46 (quarenta e seis) alqueires, uma chácara na entrada do PA, esse era a terra documentada que ele tinha. No decorrer da ocupação um dos trabalhadores foi capturado, causando uma revolta entre todos, pois nesse momento foi também capturado o motorista do fazendeiro onde ficou por três dias preso, e para que fosse solto os agricultores exigiram que o seu companheiro fosse também libertado. Como afirma o senhor Antonio:

Era pra cá da Igreja um pouco, a Igreja do Valder, eles pegaram o Edvaldo pra ir preso, pra prender, aí os meninos pegaram o Paulista (motorista) trouxeram pra cá e só soltava se o velho o (fazendeiro) soltasse o Edvaldo. Assim foi feito a troca, o velho (fazendeiro) precisava dele, ele era o motorista dele, juntemos e fomos deixar o Paulista lá na rua, uns 19 homem pra deixa ele lá até eu fui ajudar. (Entrevista cedida dia 24-07-2019, as 10 horas da manhã)

Os trabalhadores/as lutavam com as armas que tinham para fugir das armadilhas protege-se dos ataques do fazendeiro e conseguir se manter na terra, até sair a desapropriação. Eles usavam códigos, trincheiras, no qual era montado na divisa da terra do fazendeiro e a terra ocupada. Na divisa era colocado paus e tinham um barracão bem

próximo que servira de refúgio. Para vigiar eles se revezavam em grupo, e assim eles conseguiam se manter seguro e visualizar quem entrava e saía do local. Referente a isso dona Deusdete conta que:

Era feito prontidão na divisa, porque de lá agente via quando eles vinha descendo, na ladeira tinha sempre um vigia para avisar ele ficava na janela assim olhando, quando eles vinha descendo lá eles dizia, lá vem os homens cada um com seu pedaço de pau, você via aquela murteira, parecia um bando de catitu por um rumo da cancela, pra não deixar entrar. Ficava um bocado de um lado do caminho e outro do lado do caminho. O fazendeiro colocou o um capanga pra reparar, onde a gente ficava, ai o capanga disse assim (risos) gente vocês não entra porque acolá tem gente com armas de todo jeito, mentira tudo com um pedaço de pau, ai de lá eles voltava. Ensinaaram para os pistoleiros entrar por outro caminho, mas tinha posseiros no Brejo que chegou e avisou, ai foram colocar tocaia lá na vareda, ficaram esperando, mas não entrou ninguém. (Deusdete Teixeira dos Santos, entrevista cedida dia 09-08-2019, as 15 horas da manhã)

Reafirmando a fala da senhora Deusdete, o senhor Nadilson conta que:

Fizemos a trincheira pra não deixar ninguém entrar pra cá, o comunicado era através de assobio, pancadinha, era sinal por que se outro chegasse gritando fulano já podia meter bala, por que não era nossa turma. Nós criava nossos códigos pra se proteger. Então quem chegava chamando outro nome, não era do nosso grupo, porque a gente não chamava o nome dos companheiros. Além do assobio, pancada com dois coquinho, grito (oh, oh,oh), já sabia, se passasse alguém, não via ninguém só nós que via, só os olhinhos dentro do mato via todo mundo que passava, nós tava no mato e via todo mundo que passava lá. Na trincheira ninguém saía de lá, uns ficava de 2 a 3 horas e vinha, depois outra turma ia, ficava reversando, nós dividia entre 4 turmas, para poder fazer esse revezamento, nós fazia ronda na área toda. (Nadilson Dantas de Oliveira, entrevista cedida dia 20-09-2019, as 3:00 horas da tarde).

Já o Sr. Nelson, enquanto estava na ocupação presenciou e participou de estratégias que levaram a sua segurança. Assim ele conta que:

Nós fazia o grupo e o comunicado, eram dois coco, batia um no outro e dava as batidas pros colegas, era uma forma de nos proteger contra os pistoleiros, todos já conhecia e batia onde tava o perigo, e o grupo ficava na área toda e nos comunicava com a batita dos coco. Ai nós já sabia fulano ta pra li, o outro ta acolá, já sabia. E tinha a quantidade de toque pra saber que tinha gente. Tinha horário de juntar todo mundo pra passa o que viu o que não viu, tinha muita bucana ai todos tinha que vigiar pra ninguém entrar. (Nelson entrevista cedida dia 22 de setembro de 2019, às 9:30 ).

Garantir a segurança dos Trabalhadores/as Rurais era fundamental para continuar lutando pela posse da terra. Foi um processo intenso e bem difícil, alguns posseiros tiveram seus barracos, sua produção de (milho, arroz, feijão, abobora) seus pertences como: camas, panelas, redes, pote, pilão de pilar arroz, quibane, queimados, suas galinhas roubadas. Como afirma: Seu Doralino: “queimaram um barraco, meu com paiô de milho,

paio de fava, de arroz e feijão, roubaram 30 e pouca cabeça de galinha e tocaram fogo no barraco, mas assim mesmo atentamos, até ganhamos.”, e reafirma D. Antonia: “Quando chegamos no barraco não tinha mais nada, botaram fogo em tudo, que tristeza” (Antônia Laurinda de Almeida). São momentos difíceis e de risco que os trabalhadores enfrentam, mas eles não desistem e continuam se fortalecendo ainda mais, uma realidade que muitos camponeses viveram para adquirir algum benefício.

Muitas ameaças são feitas, muitos trabalhadores tombaram na luta pela terra, mas os trabalhadores/as continuam lutando para terem seus direitos reconhecidos perante a sociedade. Sabemos que esse é um caminho estreito, arriscado, os desafios sempre irão existir, mais a luta pela Reforma Agrária precisa continuar para que os filhos dos agricultores/as possam ter um lugar para morar. Com as terras concentradas nas mãos dos latifundiários, os que verdadeiramente vivem e trabalham na terra precisam construir estratégias para conseguir um lugar para viver, e nessa fronteira, só pelas lutas, pelas trincheiras, pelos enfrentamentos conseguem, pois a desigualdade social nesse país, está cada vez mais presente na sociedade.

Para evitar o confronto direto, entre acampados e fazendeiro, os trabalhadores utilizavam de algumas táticas, no início da ocupação os posseiros tiveram o encarregado da fazenda como seu principal informante, onde ele colocava o filho para avisar todos os passos do fazendeiro e assim quando, o fazendeiro chegava em um local os trabalhadores já estavam de outro lado. Quando entraram de vez na terra os agricultores faziam a divisão dos trabalhos, enquanto uns vigiavam outros executava outras tarefas e vendo algo suspeito logo avisava os demais, e ainda se dividia em dois grupos, onde um ficava de um lado da terra e outro grupo do outro lado, assim eles se protegiam. Eles costumavam ainda se esconder na mata para montar suas estratégias de luta, durante o dia se escondia na mata e a noite voltava ao acampamento. Como fica explícito nessas narrativas: Doralino: “nós passamos um dia no mato andado de um canto a outro da terra, ai e noite se encontrava ali, todo caboco, então foi uma coisa terrível, planejamos as coisas como era que ia fazer, ai era o lugar de nós sentar ali, ai nós planejávamos as nossas ideias do jeito que deu certo.” (Entrevista cedida em 08-07-2019 as 5:00 horas da tarde)

A organização dos trabalhadores/as foi necessária na busca de proteção da vida, garantir a terra bem como manter-se na terra. Assim a organização das classes populares se faz necessária para acesso a direitos e melhores oportunidades de vida, e para sua própria liberdade, seja para o trabalho, para a vida e pela própria subsistência, nesse País cheio de tantas desigualdades sociais.

A luta e a conquista da terra são uma forma de diminuir a desigualdades que cerca tantos moradores nesse país e se configura como algo essencial na construção do território. Fernandes (1999): “Esse processo de conquista de frações do território, ou seja, de assentamentos é configurada pelo autor como a territorialização da luta pela terra”. (FERNANDES,1999, p. 241).

No Brasil, os sindicatos são atores sociais que reivindicam e organizam a classe trabalhadora no contexto de uma democracia representativa e também participativa, como previsto na Constituição Federal de 1988. Nas últimas décadas, o Movimento Sindical brasileiro, além da organização e defesa dos direitos da classe trabalhadora, tem exercido um importante papel na vida política nacional.

Assim percebemos que a luta se fortalece no campo brasileiro tendo como base de resistência por terra e território uma construção política em vários níveis, constituindo os Movimentos sociais do campo. São eles que alimentam a luta na base social. A disputa pelo território, vem de longas datas no Sudeste Paraense, os camponeses sempre lutaram para ter acesso a, e manter-se na terra. O sindicato tem um papel fundamental nesta disputa, porque colabora na organização dos movimentos sociais no campo, e isso torna os camponeses mais forte para enfrentar os conflitos e não desistir de lutar pelo seu território. Arroyo (2013) [...] nas lembranças dos conflitos, repressões e lutas pela terra. A celebração dessas memórias foi incorporada à pedagogia de seus movimentos”. (ARROYO 2013, p. 292,)

No meio rural o movimento pela Reforma Agrária é amplo e heterogêneo constituído de sujeitos coletivos diversos, e contribui efetivamente no fortalecimento da luta e da resistência para que os camponeses enfrentem a repressão dos latifundiários. Além de redesenhar o território Brasileiro, porque tem se tornando decisivo na luta em defesa dos direitos dos camponeses. Nesse debate sobre a Reforma Agrária Wanderley, (2014), colabora dizendo que:

[...] Em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por sua vez, o Movimento Sindical Rural, que existia desde o início dos anos 1960, se fortalece, então, sob a liderança da Confederação Nacional da Agricultura (Contag). São estes movimentos, cada um a seu modo, que reinscreve no debate da sociedade, a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra pelos camponeses expropriados ou com pouca terra. (WANDERLEY, 2014, p. 29).

De acordo com a fala acima podemos perceber que os movimentos sociais tiveram uma função fundamental no fortalecimento e no debate sobre Reforma Agrária no País, isso certamente foi responsável pela construção dos assentamentos no sudeste do Pará. Esse foi um processo que permitiu aos trabalhadores conquistar boa parte do território.

### 3.2 - AS MULHERES POSSEIRAS: “Peguei um facão, a lamparina, sumi pra beira do rii (rio) pra avisar os outros.”

Iniciamos esse ítem com a fala de uma posseira, D. Deusdete, assentada do PA Alegria, para reafirmar como as mulheres contribuíram na conquista da terra, como elas efetivamente participaram da territorialização camponesa no sudeste do Pará e desconstruir o imaginário social que oculta essa participação. Nesse processo de formação e luta pela Reforma Agrária no sudeste paraense, como em todo o país, as mulheres sempre estiveram presentes, participando ativamente, e durante os enfrentamentos exerceram papel fundamental na construção dessa história. De forma polivalente, elas protagonizaram nas trincheiras, enfrentaram a tirania dos latifundiários e reivindicaram seus direitos na sociedade na condição de camponesas. Como ressalta Pereira (2014):

[...] Muitas mulheres estavam lá fazendo parte do confronto armado. Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas. Em diversos momentos, recaíram sobre elas a responsabilidade de proteger os seus maridos, filhos e amigos, escondendo-os dentro ou no quintal da casa, enfrentando, às vezes, fisicamente, os pistoleiros pedindo, sob lágrimas, que não os assassinassem ou mesmo fugindo para direções opostas onde estavam os homens escondidos para despistar os criminosos. Há casos em que elas se colocaram em fuga levando crianças e alguns utensílios domésticos, no meio da noite, à procura de um lugar seguro. Em outros momentos, estando na cidade, enviavam recados. Para os grupos de posseiros avisando-os sobre alguma diligência da polícia ou de um suposto ataque de pistoleiros. Em certas situações, eram elas que levavam munições para os homens entrincheirados, passando por barreiras policiais ou mesmo fazendo chegar ao STR, ao bispo, ao padre e à CPT as informações ou denúncias da violência contra comunidades de posseiros. (PEREIRA, 2014, p. 137 a 138)

O autor mostra com detalhes que as mulheres lutaram pela terra, como aliadas incondicionais de seus companheiros, maridos e filhos. Não mediram esforços para lutar e conquistar um pedaço de terra. Sofreram pressão de todas as formas e muitas vezes pagaram com a própria vida pela rebeldia de se colocar contra a concentração de terra e exigir terra de vida e trabalho para todos e todas. Centenas delas estavam ali dispostas a tudo, sendo essa participação decisiva na conquista. As vezes o companheiro queria desistir, e ela era firme na continuidade das famílias em acampamento. Sobre isso Bezerra e Alves (2017) cita que:

[...] A mulher foi decisiva para a continuidade da família na ocupação, encorajando o marido à permanência nesse contexto de fronteira em constante disputa. O que significa dizer, neste caso, que ela foi também responsável pela resistência da ocupação. Quando o marido queria desistir, ela o encorajava a continuar. Isso é ilustrativo da efetiva participação dela na luta pela terra, muitas vezes ocultada porque lhe é negada a sua existência enquanto sujeita e participe da construção do campesinato regional, uma vez que privilegiam as ações

públicas em detrimento daquilo que ocorre no espaço familiar/privado. A invisibilidade da presença feminina no processo de luta pela terra está caracterizada por conta da hierarquia social sexista que impõe e incide diretamente na determinação do lugar secundário atribuído a ela na sociedade na história. (BEZERRA E ALVES 2017, p. 51)

Diante disso, a mulher exerceu um papel determinante na disputa e na construção do seu território, sai da invisibilidade para ocupar cargo de destaque nessa disputa. Embora as mulheres trabalhem em casa, cuidando dos filhos ou de outros afazeres, o trabalho dela não é menor que os dos homens, é tão importante quanto, as vezes até mais. Por isso, temos que considerar que ela é parte necessária na busca e na conquista do seu espaço.

No assentamento Alegria as mulheres protagonizaram e construíram a história local. Como a senhora Deusdete de Souza Santos que foi uma mulher que se destacou nesse processo de luta, com sua coragem e força de vontade, juntamente com seu esposo Pedro conhecido como (Pedão), enfrentou essa batalha pela terra sendo uma participante ativa, importante e frequente, por ser uma das responsáveis pelo lugar onde acontecia as reuniões e pela refeição dos acampados: como diz:

Quem era a cozinheira era eu. Quem ia pra beira do fogo era eu, eu fazia a comida para os posseiros, mulher tinha muito, mas não pra enfrentar como eu enfrentei. Teve uma vez quando nós tava acampado lá no INCRA, [...] Quando eu cheguei lá o povo tava nas panelas, quando dava fé ia no saquinho de sal, e eu prestando atenção, aí foi o negão da Natalia, eu disse: Negão que serviço é esse aí, vai reparar aquela panela ali pra tu ver. Muié! sem tempero, sem gurdura, sem sal, o feijão. É por isso que vocês disseram que não vinha pra cá sem eu. [...] Ai fui tirar aquele feijão da panela e temperar, peguei a gurdura cortei a cebola, botei pra cozinhar com sal, passei na gurdura e joguei o feijão dentro, foi como eles comeu. Outra vez o Cibar tinha levado uma galinha, pedir a Raimundo do finado Manezim pra tratar a galinha. Ela tratou, cortou, quando eu cheguei lá que arribei o texto (tampa) da panela oh! caantiga esquisita,! Não aferventaram a galinha. Muié! Aí peguei a galinha, tirei da panela, lavei e temperei e coloquei no fogo; Ai muié, todo mundo comeu e encheu o bucho. (Entrevista cedida dia 9 de agosto de 2019, as 15 hs da tarde.)

Uma boa alimentação é importante para sustentar e fortalecer todos/as no acampamento. Mas a dona Deusdete não fazia somente alimentação para os trabalhadores/as ela desempenhava um papel extremamente necessário e indispensável na segurança dos camponeses. Segundo a entrevistada quando ocorria algum perigo, logo tomava conhecimento avisando os seus companheiros, vejamos no relato:

Eu avisava quando o perigo estava perto. Teve uma vez que um dos companheiros tinha estrepado o pé em um toco, aí eu perguntei: o que foi? Ele disse: os pistoleiros vem rasgando ali, fiquei sodando. Eu disse não, mas assim mesmo vou avisar. Peguei um facão, a lamparina, sumi pra beira do rii (rio) pra avisar ou outros. Cheguei lá, gritei. Aí um falou. Vim lhe avisar que o Zê Carlos disse que os pistoleiros vem aí arrastando tudo. Ai ele ficou sodando, eles não

vem por trás vem pela frente. [...] (Entrevista cedida dia 09-08-2019 as 15:00 horas da tarde)

Crescemos ouvindo dizer que as mulheres eram frágeis, que “não faziam nada, só ajudavam”, narrativas que produziam lentes que impossibilitavam ver de fato, tudo que as mulheres faziam. A narrativa de Deusdete demonstra a preocupação, cuidado, determinação e compromisso com a luta, se colocando de igual pra igual com seus companheiros. Vendo seu companheiro machucado e percebendo o perigo, toma a decisão de fazer o que era papel dele na ocupação. Ela que sempre esteve atenta a tudo, passando informação, observando os riscos e alertando os demais ocupantes. Nesse sentido temos visto que a literatura tem ocultado a participação das mulheres. Sobre isso (BEZERRA E ALVES, 2017, p. 51) diz que: [...] a invisibilidade da presença feminina no processo de luta pela terra está caracterizada por conta da hierarquia social sexista que impõe uma subordinação/negação às iniciativas das mulheres. Esse fenômeno incide diretamente na determinação do lugar secundário atribuído a ela na sociedade, na história.

Nesse contexto, a presença da mulher na luta pela terra, além de não ser valorizada era negada o seu protagonismo, esse não reconhecimento que perpassou por um longo período se dava em virtude da cultura machista, uma vez que a participação e o trabalho das mulheres eram visto simplesmente como ajuda, ou seja, seu trabalho não é reconhecido trabalho. Bezerra e Alves (2017) reafirmam a sobrecarga de trabalho das mulheres, quando elas estão nos cuidados em geral e no processo produtivo e ainda nas lutas por direito a terra. Afirmam que a casa é também o lugar da resistência pois a atuação dessas mulheres foi pra além da participação direta no sindicato, são elas que assumem a sustentação da família quando o marido está nas diversas trincheiras como também eventos para discutirem sobre a categoria além da posse.

[...] O protagonismo das mulheres na luta pela terra, vem contribuindo de forma direta ou indireta, desde a organização política do sindicato até a conscientização das mulheres e homens da importância do sindicato como instrumento de luta pelos direitos. (BEZERRA E ALVES, 2017, p. 63, 64).

Deste modo as autoras destacam que o papel das mulheres é de suma importância na luta sindical, como ocorreu em toda essa região, na conquistar a terra. De forma significativa, as mulheres estão sempre ativas no processo de participação nesta luta, em busca dos seus direitos, sem deixar de lado os cuidados com a família, vivendo portanto uma sobrecarga de atribuições.

As narrativas revelam que a participação das mulheres, como a de dona Antônia foi fundamental durante o processo de ocupação. Ela enfrentou muitas dificuldades para

conseguir seu pedaço de terra, todos os dias ela fazia um longo trajeto a pé, juntamente com seus filhos até a posse onde ela já trabalhava, como arrendatária com sua família, e no lote tinha plantações que precisava ser cuidada. Como diz Antônia Laurinda:

Eu e meus filhos, caminhava muito. Pra gente, não tinha dia ruim, não tinha dessa, era com sol e chuva. Todo dia a gente vinha pra roça, eu trazia os meninos mais velhos, e uma menina, as outras meninas ficava em casa. Agente precisava se arriscar, porque na roça tinha arroz, milho, feijão, fava que precisava de cuidado, porque a gente não podia perder tudo. Antes de ocupar a terra, agente trabalhava na área já, arredava terra. Eu meu marido e meus filhos trabalhava até 3 (três horas), depois desse horário ele voltava por acampamento para ajudar os companheiros, e eu voltava para casa. Todo dia era assim, até a gente ganhar a terra. Quando ganhamos a terra nos mudamos pra dentro e até hoje estamos aqui trabalhando. Vivemos dias difícil, mas a gente não queria desistir, porque a terra era a chance de mudar de vida. (Entrevista cedida em 10 de maio 2019, às 14:00 horas)

Dona Antônia revela que trabalhava junto com seu companheiro, dividindo responsabilidades. Iam pra roça juntos e lá trabalhavam até as 15h, na roça de arroz, milho, feijão e fava”, depois disso cada um assumia outro papel importante na lida da vida. Ela voltava para casa para continuar os cuidados com os que tinham ficado: filhos pequenos e ele ia para a ocupação. Apesar das dificuldades, as mulheres foram persistentes e presente em tudo. Lutaram pela terra, para assim proporcionar uma vida digna aos filhos, pois viam na terra a possibilidade de mudar a vida de suas famílias. A participação da mulher precisa ser reconhecida e valorizada como sujeito social participante, construtora da história camponesa dessa grande Amazônia. Ela além do cultivo de alimentos na roça, do cuidado com casa, família, também enfrenta ativamente todos os desafios que aparece na sua frente. Como afirma Francisca Alves de Oliveira:

Eu vinha de Marabá de bicicleta, porque meu marido estava já acampado. E eu queria ver como era. Quando cheguei aqui que vi, achei a terra boa, aí decidi passar uma temporada aqui. Aí fui em Marabá e trouxe minhas filhas, e ficamos aqui por um tempo. Mas os nossos companheiros acharam perigoso, aí voltei pra Marabá com minhas filhas, elas eram pequenas. Tinha noite que a gente não dormia, eu e meu marido ficávamos de guarda, ele ficava numa porta e eu na outra no nosso barraco. Mas quando saiu a terra me mudei para marcar. Larguei tudo lá em Marabá, porque, trabalhar pra gente é outra coisa. (Entrevista cedida dia 15-05-2020 as 5:00 horas da tarde)

A participação das mulheres do PA Alegria se dava de múltiplas formas, das tarefas de cuidado até os papéis considerados perigosos, os quais se costuma pensar que as mulheres não dão conta. Ela diz: “Tinha noite que a gente não dormia, eu e meu marido ficávamos de guarda, ele ficava numa porta e eu na outra no nosso barraco.” Aqui fica claro que ela não tem medo de enfrentar o perigo da ocupação. O processo de formação dos assentamentos no sudeste do Pará desmitifica a ideia que a mulher simplesmente contribui

com seu companheiro e não protagoniza a luta a história. Como cita Bezerra e Alves (2017).

[...] o reconhecimento e a afirmação da participação das mulheres na formação do campesinato no sudeste do Pará constituem uma forma de romper com a perspectiva da negação desse protagonismo, bem como a noção do homem como narrador universal, e de um discurso hierarquizante, possibilitando uma leitura dos fatos reais, fazendo emergir a versão das mulheres sobre a vida, a luta, a resistência, os conflitos. (BEZERRA e ALVES, 2017, p. 52)

Observa-se que as mulheres saem da invisibilidade e assumem papéis importantes tanto na organização quanto na luta, no enfrentamento direto nas trincheiras e na conquista da terra no sudeste do Pará. Junto com eles, elas enfrentaram os conflitos e se tornando indispensáveis, tanto no momento da conquista quanto na permanência nos lotes.

No seu jeito e na sua condição todas as mulheres do PA Alegria estavam de alguma maneira fazendo frente na luta pela Reforma Agrária, engajadas, assumindo diversas atividades dentro de casa e fora de casa para que seus esposos pudessem permanecer dentro dos lotes. Como relata o senhor Euzimar.

No acampamento, minha mulher vinha. Muitas vezes quando era uma reunião de imediato, que eu não podia vir, ela vinha, me representar. De cara a gente não veio com a família, porque os meninos estava estudando, eu vim só, mais a mulher. Quando eu vinha, muitas vezes ela não podia vim, ficava tomando conta da oficina e eu vinha fazer os trabalhos. (Entrevista cedida em 08-07-2020 às 19 horas)

A afirmativa na fala do Sr. Euzimar sua companheira assumia seu fazer na localidade onde viviam, para ele vir para a luta da terra, ou quando ele não podia vir pra reunião ela assumia o papel de comparecer. Assim os dois tem responsabilidades iguais sob o pleito.

A mulher foi decisiva para a continuidade da família da ocupação, encorajando o marido à permanência nesse contexto de fronteira em constante disputa. O que significa dizer, neste caso, que ela foi também responsável pela resistência na ocupação. Quando o marido queria desistir, ela o encorajava a continuar. Isso é ilustrativo da efetiva participação dela na luta pela terra. [...] (BEZERRA E ALVES 2017. p.51)

Constatamos que as mulheres da comunidade em estudo se debruçaram nessa fronteira defendendo de sol a sol um território para trabalhar e viver, cuidando do coletivo, da família, de todos, e não representa aquela coitadinha, medrosa como a lógica patriarcal capitalista apresenta, produzindo uma imagem da mulher que precisa de proteção. Dessa forma vemos que essa mulher não mede esforços na grande luta pela terra na região de Marabá. Na trajetória do Assentamento Alegria as mulheres foram parceiras enfrentaram seus medos e os perigos como bem cita dona Natalia, a primeira mulher que entrou na invasão da fazenda:

“Fui a primeira mulher a entrar aqui na invasão, na segunda semana de invasão eu vim com ele (meu esposo). Fizemos a roça só nós dois, ele roçava e eu ficava vigiando com uma espigada na mão, deixava meu filho de um mês com minha mãe e voltava com 5 (cinco) dias pra casa. Quando conseguimos a terra fomos trabalhar na terra: fazer horta, criar galinha, trabalhava todo mundo junto, eu meu esposo e meus filhos sempre na agricultura, na farinha uns arrancava e outros descascava e fazia a farinha, fizemos uma casinha de tábuas. Nessa época, já tinha cortado o lote. Vivemos uma temporada, até vir o projeto das casas. (Entrevista cedida dia 20-07-2020 as 4:00 horas da tarde).

Apesar dos perigos a mulher não se intimidou, assumiu a luta, e juntamente com seu companheiro e demais companheiros/as, ou seja, ela está sempre alí participando de uma forma ou de outra, mostrando que tudo faziam junto, desde o trabalho doméstico, trabalho na roça, a luta política pela terra. O trecho da fala é muito revelador desse trabalho junto: “Fizemos a roça só nós dois, ele roçava e eu ficava vigiando com uma espigada na mão”. Essa narrativa afirma a existência de uma mulher na fronteira que não é coitadinha, que é ativa, não espera ajuda nem proteção, vai pro *front* resolver, é como diz a música Pagu, da Rita Lee: “pau pra toda obra”. A presença dela nos vários espaços foi imperativo para manter o grupo cada vez mais unidos pela terra, prepararam suas próprias estratégias para dar conta dos cuidados com filhos, famílias, trabalhar na terra e se proteger dos riscos. E foi assim que conseguiram trabalhar e se manter na ocupação. As famílias tiveram que ser resistentes e articular para hoje estar no seu território como a história de dona Antônia:

Agente entrou para cá arrendando terra, depois começou a invasão e aqui a gente já tava colocando roça e resolvemos ficar logo. Foi um período de luta eu vinha trabalhar mais o Doro (esposo) trazia alguns dos meninos, os outros ficava em casa pra estudar, quando era final de semana vinha todos, andava de pé, porque a gente não tinha de que vir, isso quando agente arrendava terra. Na invasão agente ficava só de dia pra trabalhar, quando era tarde ia embora. Quando ganhamos agente se mudou logo pra dentro e continuou o trabalho. Eu fiz muita coisa, sempre gostei de trabalhar na terra, fazia o serviço da roça, quando tinha uma folga ir quebrar coco pra tirar o azeite, eu vendia alguns litros pra comprar as coisas pra dentro de casa (alimentos) e também deixava pra temperar. Trabalhei com muitas coisas para viver, tirei muita puba, tapioca fazia farinha mais os meninos (filhos) e Dora, a gente vendia e pra poder comprar o alimento que faltava aqui em casa. (Entrevista cedida em 10 de maio 2019, às 14:00 horas)

A declaração de Dona Antonia mostra que aqui não se trata de ajuda, é trabalhar mesmo, é produzir mesmo, ela estava em todos os momentos, carregando a filharada, trabalhando, lutando politicamente no acampamento, e ainda diz que quando tinha folga ia quebrar coco. O papel das mulheres no processo de transformação e aproveitamento dos produtos é fundamental na agregação de valor aos produtos e aumento da renda familiar (azeite, farinha, tapioca, puba), e vendiam pra comprar o alimento que faltava. Convém ressaltar que embora algumas mulheres não tiveram na frente como liderança, mas

exerceram uma importante função, sendo parceiras em todos os momentos e compartilhando os afazeres desde da ocupação até a conquista da terra.

Nesses anos de luta, a mulher é agente ativa e participativa ocupando papéis de destaque como lideranças dentro dos movimentos sociais um processo demorando mas, Bezerra e Alves (2017):

[...] a luta das mulheres posseiras na região não se simplificava ou se resumia à luta por melhores condições de vida, luta pela terra, resistindo contra a opressão e perseguição por parte dos donos castanhais e fazendeiros, mas também pela construção de novas relações de gênero, possibilitando assim o reconhecimento social de sua atuação política, social e econômica. [...] Por tanto, a luta e a conquista da terra pelos posseiros e posseiras dos diversos castanhais e fazendas dessa região são frutos de uma ação coletiva de homens e mulheres, que conjuntamente garantiram o direito ao acesso à terra e assim asseguram a sua constituição e reprodução social enquanto categoria social importante na construção do espaço regional, a partir do protagonismo camponês na reconfiguração desse mesmo espaço. (BEZERRA E ALVES 2017, p. 68 a 69).

Sendo assim, chamamos a atenção para o reconhecimento dessa participação ativa das mulheres na construção do espaço regional camponês, participação omitida ou invisibilizada socialmente e na literatura pela relação de gênero desigual, machista e patriarcal. Sem essas posseiras, a luta por terra e território não seria a mesma, pois elas incentivaram seus companheiros a não desistir e lutar pelo território, muitas vezes quando os seus esposos pensava em desistir elas estavam ali, dando força e como se diz “segurando as pontas” e matendo economicamente seus esposos durante o processo de ocupação, cuidando e sustentando os filhos, entre tantas outras questões.

Assim constatamos que as mulheres tiveram e tem um papel de suma importância na luta e resistência pela Reforma Agrária e cada vez mais, vem ganhando espaço de destaque, pois tem ocupado espaço significativo na sociedade.

Ressaltamos ainda, o papel dos movimentos sociais que contribuíram na luta, protegendo os trabalhadores/as e montando estratégias de resistências pela Reforma Agrária, fazendo pressões ao governo, mobilização camponesa, e mantendo os acampamentos. Nessa região do sudeste do Pará considerada violenta nessa disputa por território, essas estratégias foram fundamentais para enfrentar tanto o governo, quanto os grandes latifundiários que detinham grande parte das terras na região. As desapropriações diversas, os assentamentos, inclusive o assentamento Alegria são resultados dessa luta e resistência posseira.

Compartilhando da compreensão de que a terra é um bem de todos, e deve estar voltada para sua função social, posseiras e posseiros sindicalizados/ as se organizaram e

enfrentaram a sua concentração nas mãos de poucos latifundiários do sul do país que a transformaram os bens comuns em mercadoria, ou local de produção de riqueza para poucos e não de produção de alimentos saudáveis. Assim lutaram contra a exploração dos recursos naturais como água, madeira, minérios, tendo muitas vezes na frente dessa resistência mulheres que nunca estiveram ausentes dos processos sociais, culturais e políticos, cuja participação foi determinante nas conquistas e mudanças de forma geral.

#### Capítulo IV - A Reprodução da vida no Assentamento Alegria

A terra deve cumprir sua função social, no entanto a lógica capitalista de mercadorização da vida, da terra e dos bens da naturais não permite, e os latifundiários se apossam de grande parte desses bens. Concentra territórios, privatiza tudo para suprir apenas seus interesses. Explora de forma insustentável os recursos naturais, colocando em risco a vida de todo o planeta, na busca cega do lucro. Enquanto os trabalhadores/as rurais para conseguir uma pequena parcela de terra tem que lutar e enfrentar de forma desigual os fazendeiros, esses que tem dinheiro e poder, além de contar com a proteção do Estado, prefeituras, câmaras de vereadores, delegados e das Leis. Foi neste cenário de enfrentamentos e lutas que posseiros e posseiras conquistaram o Projeto de Assentamento Alegria e dele fizeram *locus* de produção de vida. As famílias, já nos seus lotes, começaram a mostrar a real função social da terra. Cada família tem sua roça onde produzem milho, arroz, feijão, mandioca, frutas diversas, criam animais e usam as pequenas florestas como fonte de alimentos e dela retiram açaí, cupuaçu, coco babaçu, remédios naturais. Parecem estar numa afase de sossego, ao final do grande conflito pela terra.

O PA Alegria, como é conhecido e chamado pelos habitantes é um território camponês e da agricultura familiar. As famílias na sua estratégia de sobrevivência vivem do cultivo da terra, da prática da agricultura familiar. Além do cultivo da terra na produção de alimentos, alguns moradores, principalmente as mulheres aproveitam os produtos dados pela natureza, a exemplo do babaçu. Coletam e quebram o coco babaçu, tiram o óleo, seja pra vender ou para o consumo, isso contribui diretamente na renda familiar e na preservação da cultura ancestral ainda presente na comunidade, especialmente aquelas famílias migrantes do Estado do Maranhão.

Agricultura familiar é uma categoria utilizada para definir uma forma de produção específica no campo, que tem como força de trabalho e de produção a própria família: pai, mãe, filhos e outros parentes e ou agregados que estejam na unidade de produção familiar. Parte da produção é destinada ao mercado. Ignacy Sachs (2001) diz que a agricultura familiar tem duas características fortes: permite o uso da terra de forma diversificada, o que a diferencia radicalmente do agronegócio, cuja terra é usada pelo monocultivo: pastagem, soja, milho e mais recentemente percebemos as florestas homogêneas de eucalípto ou outa; logo ela representa uma forma de uso sustentável da terra e dos recursos naturais. Outra característica é essa que agrega o trabalho de todos os componentes da

família, ocupando todos independente do sexo e idade e da função social que ocupa na roça. Para o autor isso mostra o caráter social da agricultura familiar, a dimensão ambiental, com a diversificação do uso da terra e o de empregar a mão de obra da família, parentes e agregados. Esse termo agricultura familiar emerge nos anos 1990, com importante contribuição para elaboração de políticas públicas voltadas às famílias que vivem e trabalham na terra, dela tirando o sustento da família. Wanderley (2003), diz que a agricultura familiar é:

[...] é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento[...] (WANDERLEY, 2003, p.45)

Neves (2005), ressalta que agricultura familiar se apresenta como uma categoria analítica que:

[...]Corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar. Corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. (NEVES, 2005, p. 34 e 35)

Para a autora as famílias tem sua própria dinâmica de trabalho e agricultura familiar baseia-se na sua organização envolvendo os membros das famílias, e ao mesmo tempo que são donas de seu meio de produção desenvolve as atividades agrícolas.

É através da agricultura familiar que a economia do PA Alegria é movimentada o com a produção de alimentos diversos, que possibilita sustento das famílias na comunidade, elas vivem da produção da roça que é composta de milho, mandioca, feijão e plantação de hortaliças, e de uma diversidade de frutas frutíferas. Tem ainda a criação de animais de pequenos, médio e grande porte. Este último mais voltada para a pecuária leiteira, pois algumas famílias apostam na produção de leite. Todo o trabalho é realizado pela própria família, onde cada membro faz um tipo de trabalho.

Esse tipo de atividade contribui na interação e na organização do trabalho em família, essa forma de produção é característica das famílias que vivem no campo. Como diz Wanderley (2014) [...] organização do trabalho, que supõe a cooperação entre seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que,

mais do uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 26 ).

Diante desse contexto percebe-se que as famílias do assentamento têm procurado variadas formas para manter seu sustento e realizar seu trabalho, além de manter viva sua cultura junto a família. A cultura se expressa nas diferentes formas de lidar com a terra, com os plantios, com o calendário agrícola baseado nas estações do ano, nas fases da lua e na crença nos santos, aprendizados trazidos na bagagem desde suas regiões de origem. Como falamos anteriormente, a agricultura familiar se organiza visando o mercado, para a venda do excedente. A produção desses agricultores é vendida no assentamento e na feira nos finais de semana, em Marabá.

A feira é uma grande conquista, pois os produtos colhidos nos lotes são vendidos na feira, em Marabá, num lugar bem estratégico, em frente ao STTR de Marabá, na rua 7 de junho, na cidade pioneira. A feira foi criada em 2006 pelos agricultores com o intuito de colaborar na renda familiar dos agricultores dos assentamentos. Como afirma Gomes (2015):

A feira da Agricultura Familiar de Marabá se constitui como uma experiência de comercialização pensada e gestada por agricultores familiares do município de Marabá da qual foi iniciada no ano de 2006. Ela é realizada os sábados no período da manhã em frente à sede do STTR de Marabá, onde trabalhadores rurais oriundos de diversos projetos de assentamentos, comercializam seus produtos. Esta experiência de comercialização alternativa surgiu tendo em vista um diagnóstico realizado pela Copserviços que na época desenvolvia atividades de Assistência Técnica em vários Projetos de Assentamentos no Município de Marabá. Além disso, sem dúvida foi a materialização de uma estratégia já debatida pelo conjunto do Movimento Sindical organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Pará. (GOMES, 2015, p. 10)

A constituição da feira da agricultura familiar em Marabá, representou um importante espaço de conquista e fortalecimento de agricultores e agricultoras de assentamentos, acampamentos e outros territórios, contribuindo significativamente com a saída desses sujeitos das mãos de atravessadores, cujos preços ofertados aos produtos na porta da propriedade, desvalorizavam o trabalho e o produto daquela família, por ser um valor irrisório. Agora podem fazer a venda direta ao consumidor, o que possibilitou também uma importante estratégia de diálogo com a sociedade, mostrando os produtos e o produtor/ a. A feira contribui fortemente para desconstruir uma imagem negativa atribuída aos povos do campo, negativados na televisão, por conta da luta política que protagonizam pela terra e contra o latifúndio.

Assim a feira vem reunindo agricultores/ as de vários assentamentos na região de marabá, e tem o objetivo de criar alternativas para a comercialização dos produtos dos

trabalhadores, ajudando no sustento de suas famílias e ainda diminuir a interferência dos atravessadores. O assentamento apresenta uma diversidade produtiva, prevalecendo porém, entre as famílias, a horticultura, vendida em diversos espaços: aos sábados na feira de Marabá, ou no próprio assentamento, ou ainda na localidade mais próxima, que é Brejo do Meio. Apesar de apresentar menos tempo de duração, é mais fácil de transportar devido a proximidade do assentamento com o centro urbano além de ser mais leve, o que pode fazer parte de uma decisão racional das famílias centrar na horta para o mercado, pela praticidade de lidar, ter valor acessível, etc..

Quando a feira foi criada para atender os produtores rurais, tive a oportunidade de estar entre os agricultores que produzia e vendia a produção. Essa foi uma experiência riquíssima e que me trouxe muitos conhecimentos, pois a produção era realizada em família e toda produção vendíamos na feira, o que contribuiu consideravelmente na renda familiar. Na época tínhamos uma produção bem diversificada com: farinha de mandioca, azeite de coco babaçu, maxixe, tapioca, coco em bago, massa de puba, beiju com coco, manga. Saímos de casa as 4 (horas) da manhã e o que vendia rendia um pouco mais, e com o dinheiro apurado, comprávamos outros alimentos, roupas e outros.

Os feirantes do PA Alegria na época, procuraram ajuda da Secretaria de Agricultura de Marabá e conseguiram combustível para o ônibus que os levava até a feira em Marabá. Observamos como agricultora participante da feira que a maioria dos produtos comercializado na mencionada feira vinha do PA Alegria, pela sua proximidade, pela mobilização das famílias e pelo compromisso de fazer acontecer a feira, por ver nela uma importante oportunidade de mercado para seus produtos além de revelar o potencial produtivo dos territórios camponeses. Também tivemos um fato importante, pois através de uma negociação do ex: presidente da Associação dos Mini e Micros Produtores Rurais do Assentamento Alegria (AMMPRAA) Sr. Valdiomar junto ao Rubinho, da Secretaria de Agricultura de Marabá, deram para os agricultores uma cota de óleo para poder o dono do ônibus levar todos os agricultores de graça para a feira. Como fala seu Marins:

O Rubinho (secretário de agricultura) foi um camarada aqui que nos ajudou muito, foi o ano que surgiu [...]. A fundação da feira na 7 de junho, que teve um fato importante, que foi começado a partir do PA Alegria. O Valdiomar que negociou junto com o Jaime, e foi fundada aquilo lá, é tanto que ainda hoje a maioria dos produtos que tem na feira lá da 7 de junho é do PA Alegria, e nessa negociação junto o Rubinho ele deu para os agricultores uma cota de óleo, que era repassado o óleo diesel, que era repassado para os donos dos ônibus pra levar de graça o pessoal pra feira. Depois com o decorrer do tempo foi entrado outras administrações esse óleo foi cortado. (Marins, entrevista cedida em 21 de julho de 2019, as 10 horas da manhã).

Além da feira, os moradores conquistaram o PRONAF que é fruto da resistência, da organização e dos enfrentamentos pela terra. O PRONAF proporcionou aos trabalhadores o acesso ao crédito melhorando a produção e a renda para os moradores do assentamento. Apesar do PRONAF ter permitido o aumento na produção das famílias, o acesso ao crédito representou um verdadeiro desafio, pois muitos souberam aplicar seu benefício, enquanto outros tiveram que vender parcela de terras para quitar a dívida, e outros até hoje continua endividados. Embora tivessem os entraves a maioria dos agricultores souberam tirar proveitos desse financiamento. Vale ressaltar o acesso também ao Crédito Habitação, PRONAF “A”, através dos quais muitos assentados/as vêm ampliando suas atividades. No decorrer de sua trajetória a comunidade teve diversas conquistas, mas para isso se mantiveram organizado por meio de Associação e juntamente com o STTR de Marabá e FATAGRI, no qual são filiados.

Além da agricultura familiar no assentamento, a economia da localidade é dinamizada por outras atividades remuneradas. Algumas famílias têm outras rendas como bolsa família, aposentadoria, pensão por morte, auxílio doenças. Há também o funcionalismo público e as pequenas mercearias, bares e um açougue na comunidade. Outras famílias fazem trabalho braçal (empreita, diária). Assim a comunidade segue se mantendo.

A comunidade se manteve firme, lutando para conseguir mais apoio que garantissem a permanência no PA: abertura de estrada, recuperação de vicinais, Luz para todos, escola para os filhos dos agricultores, ônibus para escoar a produção dos agricultores, a reforma das casas, recuperação de estradas, construção de uma escola, contratação de agentes de saúde na comunidade, fomento mulher.

Atualmente o PA conta com aproximadamente 120 casas e umas 300 pessoas, em uma área de 3.560.4752 há, conforme afirma o Agente de saúde, Marins. A Vila do PA é chamada de Vila Rosa, e atraiu muitas outras famílias que vivem como agregadas em casas de parentes, além de outras que conseguiram comprar de alguma família que teve dificuldade de permanecer no assentamento. A foi criada no intuito de ajudar algumas famílias que não tinha onde morar, como cita o senhor Marins:

A vila era uma determinação da FETAGRI e Sindicato, eles queriam que a gente fizesse a casa na vila e se deslocasse pra trabalhar no lote, tem alguns assentamento que são assim. Na época fui contra essa ideia, eu era presidente, ai eu propus que não fizesse a casa lá, ai deixamos a área pra mais tarde tornar-se a vila. Tornou-se a vila por conta do Valdiomar, porque uma homenagem a ele e ficou vila Rosa. A criação da Vila não foi o INCRA que determinou, foi uma decisão dos agricultores, com a diretrizes do sindicato e da FETAGRI. Uma ressalva, naquela vila não mora nem um colono. Antes de formar a vila, o Valdiomar falava que era muito parado, ele sempre falava que as vezes aparecia

gente para trabalhar, da diária pra alguém e não tinha onde ficar, ai como tinha um morador o Mincharia, que o filho precisa estudar ele cedeu pra ele fazer uma casinha, depois do Mincharia, seu Fernando foi. Os dois primeiros moradores, ai não cedeu para mais ninguém. Depois que o Valdiomar morreu eu abri espaço e loteei para mais uns bucado de gente. A história da vila é por ai. (Marins entrevista cedida em 20 de julho de 2019, às 10:00)

Assim a associação se reuniu criou a Vila e fez à doação de alguns lotes para essas famílias. O nome da vila é em homenagem ao presidente Valdiomar Rosa de Souza falecido em 2009 vítima de um acidente de moto. A figura a seguir mostra imagens da Vila Rosa.



**Figura:** 01 Casas da Vila Rosa. **Créditos;** Autora, 2019.

Com muitas lutas e união a comunidade vem cada vez mais conquistando seus direitos. Hoje as estradas se encontram em bom estado, o que facilita a locomoção dos agricultores e o escoamento das suas produções.

Em relação ao atendimento à saúde contamos com dois agentes de saúde que atende as famílias no PA, e os casos mais graves são levados à Brejo do Meio, um distrito próximo ao PA ou a sede do município de Marabá, distante do PA à 25 km. A comunidade conta com a construção de uma nova escola para atender os filhos dos agricultores.

#### **4.1. Traços culturais constitutivos do PA Alegria**

Com tantos desterritorializados da terra em todo o país dada a marca da concentração fundiária que vem da colonização, encontram-se nessa fronteira e no Assentamento Alegria, trabalhadores/ as de diversas regiões: Maranhão, Ceara, Piauí, Pernambuco, Goiás, tendo as mais variadas profissões, trazendo consigo os mais diversos aprendizado como parte da cultura de suas terras de origem. A cultura é considerada um conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, tradições, línguas, sendo estas transmitida de geração em geração, por meio dos ensinamentos e das ações dos mais antigos. Para tanto a cultura é determinante na vida dos sujeitos, uma vez que através dela se determina as práticas sociais, culturais, produtivas dos indivíduos.

Nessa lógica a comunidade é bem diversificada quando se refere a cultura local. Muitas famílias tem o hábito de preparar aqueles remédios caseiros para a cura dos filhos quando estão doente, plantam em seus quintais ervas medicinais, que ajuda no tratamento de doenças simples como: dor de cabeça, dor na barriga, vômito e outras. Vale lembrar que essas comunidades penam com a falta de políticas públicas no âmbito da saúde, e assim tem que dar o jeito, e um das formas é o uso de saberes ancestrais populares, que trazem consigo de suas raízes. A localidade mais próximo onde tem a farmácia fica um pouco distante da comunidade. Assim os moradores vão se virando como podem.

No que se refere a organização religiosa dos moradores existem três instituições: i- a Igreja Católica do Divino Pai Eterno, que é ministrada pela comunidade e uma vez por mês, recebe a visita do padre para rezar a missa para os fiéis. Porém todos os domingos pela manhã tem celebração; ii- duas igrejas evangélicas que são: Igreja Ministério Madureira; iii- e a Igreja Evangélica Missão Congregação Vitoria, ambas funcionam semanalmente com cultos que abrangem toda a faixa etária. Os cultos da Madureira acontecem nas quartas feiras e nos domingos e ainda realizando orações nas casas dos fiéis. A figura a seguir mostra os templos mencionados:



Figura 02: Igrejas da Comunidade.  
Créditos: Autora, 2019.

A comunidade católica costuma realizar o festejo do padoeiro da comunidade que é o Divino Pai Eterno no mês de junho. São feitos leilões, bingos e festa dançante. Este festejo já se incorporou as culturas locais, de maneira a envolver a comunidade, mesmo com a presença atuante das outras igrejas evangélicas.

No assentamento não temos uma área específica de lazer para que as famílias possam se divertir, as igrejas acabam exercendo esse papel. Ainda vimos e aproveitamos de uma bela praia no veraneio, que funcionava como ponto de encontro de muitas famílias. No entanto e lamentavelmente o lote que dava acesso a esse banho mudou de morador, e o atual fechou a passagem, impedindo a entrada da comunidade ao rio, no local da praia, bem como impede também que outras pessoas que vinham de outras localidades para

aproveitar e se divertir. Alguns moradores estão lutando para que a praia seja aberta e a comunidade e os visitantes possam aproveitar. Temos ainda a bica que fica na beira do rio este é um local onde a comunidade e outras pessoas costumam ir para tomar banho e passar o final de semana.

Outra forma de diversão entre a comunidade são os jogos nos finais de semana, onde acontece torneio, seresta de vez em quando (uma festa dançante) jogo de sinuca. Como mostra a foto abaixo:



Figura 03: Espaços de lazer mais frequentados na comunidade.  
Créditos: Autora, 2019.

#### **4.2 A conquista da escola na Comunidade: um constante desafio**

Como sempre acontece nas comunidades do campo, no PA Alegria tinha duas escolas que foram construídas pelos moradores, ambas eram de Tábua, coberta de palha, um salão e uma cozinha. Era nesse espaço que os filhos dos agricultores estudavam. Uma das escolas era chamada de Alegria e a outra Vitória. Nomes inspirados nos significados históricos que a comunidade viveu: Alegria o nome do assentamento e Vitória em reverência a luta e a conquista da terra. Só no ano de 2019 a comunidade do PA Alegria, foi agraciada com uma escola, no qual tem uma sala de aula, dois banheiros um masculino e um feminino, uma cozinheira e uma secretária. Foram construídas duas escolas para atender os filhos dos agricultores e para ficar mais próximo dos moradores na época. A escola Alegria acabou sendo desativada ficando assim só a escola Vitoria.

A escola Vitória passou por uma tragédia, pois por motivos ainda desconhecidos, atearam fogo na escola. Esse episódio na época não apurado, e os moradores não sabe quem poder ter sido o responsável por esse delito Como afirma: A senhora Deusdete: “aí tocaram fogo na escola e ninguém sabe quem tocou fogo, de manhã foi que o povo deu fé quando caiu, ai tirou foto dela”. Na ocasião foi julgado muita gente por causa desse fato,

mas não tinham certeza de quem era o responsável dessa violência. No assentamento já tinha muita gente estranha circulando e morando, ficando difícil saber quem fez essa maldade. Como relata esse morador que não quis se identificar: “A escola foi queimada por maldade, tocaram fogo a noite foi julgado muita gente pelo esse fato, mais não tinham certeza de quem era o acusado dessa violência.”

Devido esse episódio e com a falta de espaço para as crianças estudarem e uma falta de resposta da Secretaria de Educação de Municipal - SEMED. O então presidente na época Valdiomar Rosa de Rosa de Souza, cedeu o barracão da Associação dos Mini e Micros Produtores Rurais do Assentamento Alegria (AMPRAA), para que funcionassem a escola. Atualmente a escola funciona nesse mesmo barracão, ainda sem condições.

O barracão da associação dos moradores, tem uma sala pequena, um salão grande possui dois banheiros, uma cozinha, a mesma é anexa da escola de Ensino Fundamental Pedro Marinho de Oliveira que fica em Brejo do Meio, distante de Marabá há 25 (vinte e cinco) km.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitoria, atende alunos 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e do EJA. Os estudantes são distribuídos em três turnos no período matutino, vespertino, e noturno. No período da manhã são educandos de 1º ao 2º ano, à tarde 3º, 4º e 5º ano no regime de multissérie.



Imagens da Escola antes e depois da construção do Prédio.  
Créditos: Autora, 2019

As figura mostram o processo de evolução da Escola, até ser construída. Após muitos anos de luta por uma escola que suprisse a necessidades dos sujeitos, em 2019 a comunidade foi contemplada com a construção de uma escola.

A construção da escola Vitória, se deu a partir das lutas dos moradores do Assentamento alegria, onde tanto os moradores como a associação reivindicaram pela construção da escola, pois na época todos batalharam muito pela educação no PA. A então secretária de educação Kátia Américo, e com a ajuda do vereador do Distrito de Brejo do Meio foi possível ter a sonhada escola, assim diz o senhor Manoel:

Interessante também outra coisa que a gente tava reivindicado era uma escola construída, na época nós brigamos muito a secretária de educação a Kátia Américo, depois buscado isso com o vereador de Marabá, finalmente como nós conseguimos ter um vereador no Brejo Meio depois de 2 anos de briga, briga, a escola foi construída, por que tinha alguém interessado né, então foi uma conquista que a gente queria a muito tempo, e agora com o representante nosso do município de Brejo Meio dentro da câmara aconteceu ter essa escola ai, e nome é esse mesmo escola Vitória. (Marins cedida em 21 de julho de 2019, às 10 horas da manhã)

Após tantas lutas e reivindicação a comunidade veem conquistado seu espaço, e a construção da escola ajudará tanto no aprendizado dos educandos quanto na permanência dos filhos dos agricultores no assentamento. Apesar da comunidade ter uma nova escola e uma professora agora efetiva, muitas crianças continuam estudando em Brejo do Meio, e um dos fatores que leva a isso, é o formato do ensino em multissérie, considerado insatisfatório.

A escola Vitória não tem conselho escolar, o PPP (Projeto Político Pedagógico) ainda está em construção, a instituição de ensino não é inserida em nenhum programa para recebimento de recurso. A escola segue a proposta curricular da sede do município, algo bem distante da realidade de quem vive no campo. Atualmente a escola tem procurado trabalhar de acordo com a BNCC- Base Nacional Comum Curricular, mas como é algo novo, aos poucos está sendo adaptando. Planejar de acordo com a BNCC ainda é bem difícil para os educadores, a maioria deles não compreende esse processo, além de ser muito trabalhoso, os professores abdicam do seu final de semana e feriado para planejar.

Em relação ao planejamento, os educadores (a) costumam se reunir no início do ano na escola polo para fazer o plano de ação da escola e os planejamentos. Tem encontro mensal para planejar e discutir sobre o desenvolvimento do aluno, e a SEMED promove encontro com os professores, visando melhorar a atuação dos educadores.

Emfim foi a partir da desapropriação da terra, que a comunidade tem reconstruído sua historia e juntos conquistado bens necessário aos moradores como escola, a feira entre outros. Assim como a escola que é fruto dessa luta por direito, adquiram a feira dos produtos rurais que acontecem aos sábados em frente ao Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Marabá, este é resultado da resistência e da luta desses trabalhadores, que usa a terra para viver e trabalhar, além de oferecer a população alimentos saudáveis. As famílias tem feito um trabalho na terra de forma coletiva valorizando assim culturas ancestrais.

### **A realização de um sonho: a título das Considerações Finais.**

Os moradores do território em estudo, tiveram um longo percurso e uma vida muito difícil para chegar até o PA Alegria. As narrativas destacaram que os trabalhadores tiveram uma trajetória com passagem por vários lugares, tendo que exercer várias atividades na tentativa da sobrevivência. Notamos que a terra é um elemento central na vida do sujeito, e essa conquista é resultado da união e da luta dos camponeses juntamente com os movimentos sociais. Fatores como: necessidade de uma vida melhor; não trabalhar para padrão; ter autonomia; fazer seus próprios horários e ver na terra uma vida sossegada foram fundantes nessa luta. A narrativa deixa isso bem claro: “A minha motivação pra ter a terra a gente não trabalhar empregado tem que desenvolver na terra, um canto pra criar os filhos, a gente não ser mandado, trabalhar pra gente mesmo, o sossego que é muito bom.” (Entrevista cedida dia 12 de maio de 2019)

A desapropriação da terra só foi possível, porque os camponeses se organizaram, resistiram aos conflitos, as dificuldades, superaram tudo que encontravam pela frente. Criaram o estatuto associação, uma representação legal diante das autoridades, foram a procura de parcerias que pudessem dialogar como: FETAGRI, STTR, CPT e assim se fortaleceram e garantiram a terra. A organização posseira, sindical e em associação foi indispensável para conseguir terra e território, no sudeste do Pará.

A luta pelo acesso a terra é um direito que assiste a classe trabalhadora, direito esse que foi negado pelo Estado, pelos grandes latifundiários, que se apossaram de grandes parcelas de terra expulsando muitos camponeses do seu lugar de origem. Assim, a desobediência civil foi a estratégia, pautados nos direitos garantidos na Constituição Brasileira, organizaram a luta para adquirir o que é seu por direito, como foi o caso do Assentamento Alegria e tantos outros. Ameaçados, mas sem o mínimo de arrependimento, hoje comemoram no lote a vitória dos duros dias de enfrentamento.

São inúmeras as necessidades que tem impulsionado as famílias a enfrentar as dificuldades, seja ela em busca da sobrevivência ou simplesmente o desejo de voltar para o campo, como é o caso do senhor Euzimar, quando ele diz que morava em Marabá e: “... sempre aquele desejo no sangue em questão da terra um anseio pela terra não saia a vontade de voltar pro campo. Quando vi falar no PA Alegria, nessa invasão me deu um anseio de vim ...” (entrevista cedida dia 08-07-2020 as 7:00 horas da noite)

No decorrer do processo da pesquisa foram inúmeras as dificuldades. Porém, apesar dos entraves, os resultados foram alcançados. No entanto, pode-se perceber que

enfrentando os desafios, tornava o trabalho mais prazeroso. Uma das maiores dificuldades durante a pesquisa foi conciliar trabalho com pesquisa, porque como trabalho na escola Santa Maria, que fica em outro assentamento, e minha pesquisa é no PA Alegria, dificultou um pouco. Mesmo assim o estudo foi realizado com prazer por ser um assentamento que eu vi formar, um ambiente onde fui criada com minha família e vivenciei alguns acontecimentos nesse espaço do campo como agricultora e hoje como professora também.

A pesquisa revela que as famílias do PA Alegria passaram por vários processos na busca por um lugar onde seja possível reproduzir a vida, e que conduziu a um longo percurso de constantes mudanças de lugar até chegar aqui. Assim observei que o espaço onde os agricultores vivem hoje, foi um espaço de luta pela vida, onde ter a terra era o caminho da autonomia e da liberdade do trabalho escravizado, do arrendamento, das ameaças, e outros. Houveram algumas barreiras (a resistência por parte do fazendeiro, em colocar os pistoleiros atrás dos ocupantes) no decorrer da ocupação, mais eles resistiram e continuaram lutando e hoje estão com seus pedaços de terras. O PA Alegria é um dos mais privilegiados, em relação aos demais, pela menor distância até a sede do município, o que facilita o acesso a feira urbana, além de outros.

O estudo ainda mostrou a importância de viver no campo, para trabalhadores/ as que nasceram, cresceram e aprenderam com pais e avós essa vida camponesa. Para estas famílias a conquista do seu chão é retomar suas origens, suas culturas, um encontro com sua ancestralidade.

Assim concluímos que o trabalho nos permitiu aprofundar a reflexão acerca das lutas dos camponeses pela conquista de um pedaço de chão, espaço onde as famílias camponesas tem lugar para plantar e colher seus alimentos, e que é um lugar de vida. Revelou parte importante da história que não estamos acostumados a ver, que é como as mulheres participam de fato da luta pela terra. O campo e a agricultura são masculinizados, como se só os homens estivessem presentes. Reflexo de uma narrativa cuja fala que prepondera é do homem, branco e que não evidencia as mulheres como sujeitas da produção social. Isso oculta outros sujeitos negros, indígenas e as mulheres, que estiveram ativamente presentes em todo o processo, e dando visibilidade apenas ao homem como ator dessa trama.

Conhecer melhor as famílias e suas histórias, orientada por uma ciência que dialoga com o campo, se dispondo a construir junto as reflexões, foi bem significativo, uma vez que me permitiu ouvir várias experiências e as trajetórias de vida das famílias, na busca de um pedaço de chão para viver. As Histórias ouvidas mostram que esses/ as lutadores/ as

deixaram algo para trás: famílias, filhos, amigos e até parte de suas histórias, forçados/ as pelas difíceis condições, migraram para a região do sudeste do Pará a procura de uma vida melhor, já que onde viviam não era possível ter a terra como um bem mais precioso, para trabalhar de forma responsável produzindo alimentos sem veneno, e ainda garantir a sobrevivência. Este trabalho touxe um parte por que não damos conta de tudo, mas esperamos que estas reflexões provoquem novos olhares e novas pesquisas e que inspirem a produção de outros trabalhos que levem a maiores aprendizados.

### **Fontes Orais:**

**ALMEIDA**, Antônia Laurinda. 67 anos, casada, Agricultora e Aposentada. Entrevista em 10-05-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**ALMEIDA**, Doralino Gomes. 70 anos, casado, Agricultora e Aposentada. Entrevista em 08-07-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**AGUIAR**, Sebastiana Gomes de Souza. Casada, Professora. Entrevista em 30-07-2020 por Deusina Laurinda de Almeida.

**BEZERRA**, José Ribamar. 66 anos, Casado, Agricultor. Entrevista em 26-09-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**BARBOSA**, Maria de Lourdes. 63 anos, casada, Professora Aposentada. Entrevista em 15-02-2020 por Deusina Laurinda de Almeida.

**CARVALHO**, Manoel Marins, 58 anos, casado, Agricultor e Agente de Saúde. Entrevista em 21-06-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**JESUS**, Antônia Leite. 53 anos, casada, Agricultora e Açougueiro. Entrevista em 20-09-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**OLIVEIRA**, Nadilson Dantas. 58 anos, casado, Agricultor e Açougueiro. Entrevista em 20-09-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**OLIVEIRA**, Nelson Dantas. 64 anos, casado, Agricultor e Aposentado. Entrevista em 22-09-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**SANTOS**, Deusdete de Souza. 85 anos, Agricultora, Viúva e Aposentada. Entrevista em 09-08-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**SILVA**, Deusdete Conceição. 57 anos, casado, Agricultor. Entrevista em 12-05-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**SANTOS**, Maria Natalia. 50 anos, casada, Agricultora. Entrevista em 12-05-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**SILVA**, Euzimar Pereira. 59 anos, casado, Agricultor e Agente de Portaria. Entrevista em 08-07-2020 por Deusina Laurinda de Almeida.

**SOUSA**, Francisca Gonzaga. Casada, Agricultora. Entrevista em 26-08-2019 Deusina Laurinda de Almeida.

**SILVA**, António Pinto. Agricultor e Aposentado. Entrevista em 24-07-2019 por Deusina Laurinda de Almeida.

**REFERENCIAS:**

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n.72, p.157-176, maio/ago.2007

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ANJOS, Maura Pereira dos; MEDEIROS, Evandro Costa. **Pedagogia do Campo: História de vidas e a Formação de Educadores no Sudeste do Pará**. In: LUNAS, Alessandra da Costa, ROCHA, Eliene Novais. (org). **Práticas Pedagógicas e formação de Educadores (a) do Campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009.

ALMEIDA, R. Henrique; Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará/Rogério Henrique Almeida-Belém: NAEA,2012.

ALMEIDA, Deuzivânia Laurinda de. Educação ambiental: a importância das plantas medicinais no espaço escolar e não escolar no projeto de assentamento Alegria – Município de Marabá/ Deuzivânia Laurinda de Almeida 2011.

ATA da Fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Área Itacaiunas II ATRAI, Gleba Café, Região de Brejo do Meio Município de Marabá Pará 07 de Dezembro de 1997.

BEZERRA, R. L.; ALVES, A.M. N. Luta pela Terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará. In: **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental** (Orgs.) SILVA, I. S. et. al. – Belém [PA]: Paka – tatu, 2017. p. 47-70.

BRASIL. MEC/CNE/CEB. (2002). **Resolução 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escola do Campo**. Diário Oficial da União. Brasília: MEC, 3 de abr. 2002.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio **Formação Socioeconômica do Estado do Pará**. In. Formação Socioeconômica da Amazônia/ organizadores – Belém: NAEA/UFPA, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Lenne/Desktop/Livro\_FormacaoSocioeconomicanAmazonia%20(1)%20campos.pdf. Acesso em 24 de maio de 2020.

Carvalho, Adolfo, Zarpellon In: **O Reflexo da Precariedade das Políticas Públicas na Educação dos Jovens em Projetos de Assentamentos na Amazônia: o Caso do PA Alegria**. A luta pela Terra, água, florestas e o Direito. Organizado por Diego Augusto

Diehl, Euzamara de Carvalho, Ricardo Preseste Pazello- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. P. 40.

BORGES, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG- EFOC- Escola Nacional de formação da CONTAG- Curso **de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias** 2º Modulo Regional Sul São José (SC), de 07 a 13 de outubro de 2007. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=cartilha+da+contag+sobre+sindicato+pelego&oq=cart&aqs=chrome.69i59l3j69i57j35i39j69i60l3.2960j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>  
acesso em 07 de outubro de 2020.

EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

\_\_\_\_\_. OS CASTANHAIS DO TOCANTINS E A INDÚSTRIA EXTRATIVA NO PARÁ ATÉ A DÉCADA DE 60. Papers NAEA Nº 166

GOMES, Maria Mirian Ferreira. **Feira da Agricultura Familiar de Marabá: Avanços e Desafios Vivenciados por Agricultores Feirantes**. Marabá-PA: UFPA, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O Possseiro da Fronteira. Campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará. Belém: UFPA/NAEA, 2001

\_\_\_\_\_. **ORGANIZAÇÕES RURAIS E CAMPONESAS NO ESTADO DO PARÁ**. In Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: **o campesinato como sujeito político nas décadas** de 1950 a 1980 / Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. <file:///C:/Users/EMANUELL/Documents/livro%20sobre%20sindicalismo.PDF>

HEBETTE, Jean. CRUZANDO FRONTEIRAS. 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém-PA: EDUFPA, 2004

\_\_\_\_\_. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. Belém, UFPA/ NAEA, 1985. 20.p. Papers NAEA.

MATTOS, M. V. B. de. História de Marabá. Marabá-PA: Grafil, 1996.

MICHELOTTI, Fernando; RIBEIRO, Beatriz; FLORENCIO, Sônia, R. **A REEXISTÊNCIA CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE** (1995 – 2004). III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. <file:///C:/Users/EMANUELL/Downloads/86141-Texto%20do%20artigo-121370-1-10-20141023.pdf>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar**. Dicionário da Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Brasil Isabel; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao Sem Terra: A luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra do Sudeste do Pará**. Mimeo. Trabalho de Monografia-UFGA; marabá, 2008.

PICOLI, Fiorelo; O capital e a devastação da Amazônia/Fiorelo Picoli --1.ed—São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, I. S. da. **MIGRAÇÃO E CULTURA NO SUDESTE DO PARÁ: MARABÁ (1968-1988)** UFG. Dissertação de Mestrado. 2006. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Idelma\\_Santiago\\_da\\_Silva.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Idelma_Santiago_da_Silva.pdf) acesso em dia 4 de junho de 2020.

SACHES, I. Brasil Rural: da descoberta a invenção. In: Estudos Avançados. Dossiê Desenvolvimento Rural. Revue nº 43, vol. 15, set/dez. IEA/USP. São Paulo Brasil. Pag. 75-82.

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia. (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SERVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico**/Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. Ver, e atual. – São Paulo: Cortez, 2007. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4243422/mod\\_resource/content/1/SEVERINO.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4243422/mod_resource/content/1/SEVERINO.pdf)

SILVA, M. do S. (2009). **Educação como direito: reler o passado, refletir o presente e projetar o futuro**. In: LUNAS, A. da C.; ROCHA, E. N. (Orgs). Práticas Pedagógicas de Formação de Educadores(as) do Campo. - Brasília: Dupligráfica, 2009. p. 17 – 47.

VELHO, OG. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades, Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. 21, Outubro, 2003 pp. 42-61. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2020.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. ESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/276349076\\_O\\_campesinato\\_brasileiro\\_Uma\\_historia\\_de\\_resistencia](https://www.researchgate.net/publication/276349076_O_campesinato_brasileiro_Uma_historia_de_resistencia) acesso em 20 de Março de 2020.